



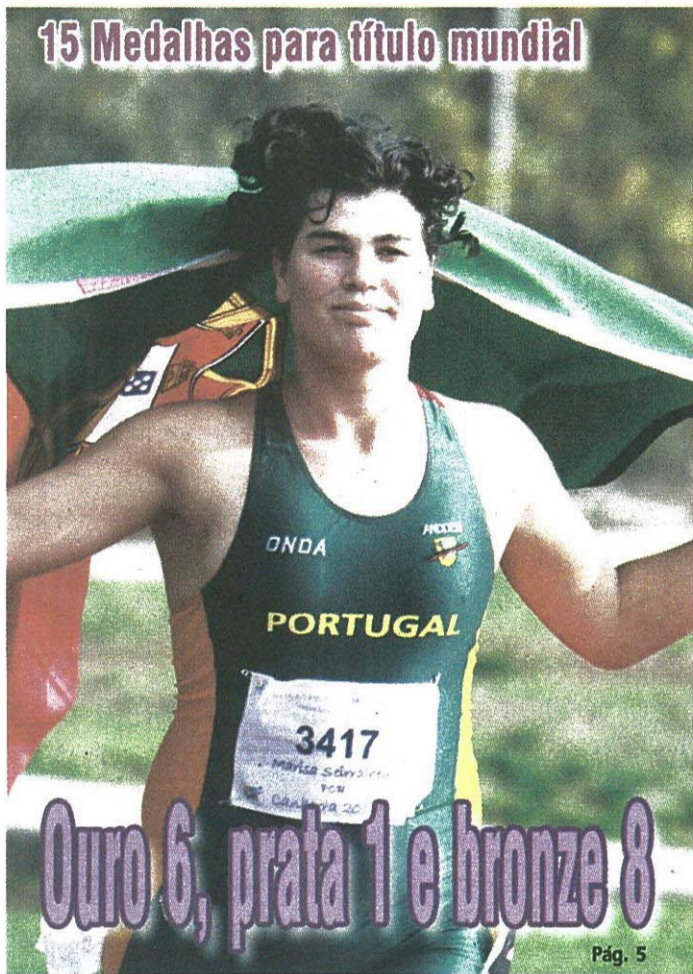
Associação dos Deficientes das Forças Armadas



Director: Fernando Cardoso - Ano XXXI Novembro 2005 01/11/05 Nº 356 Preço € 0,70



PORTE PAGO



15 Medalhas para título mundial

Ouro 6, prata 1 e bronze 8

Pág. 5



Assembleias Gerais Extraordinárias

Ânimos exaltados

Pág. 4



Rádios Militares

Exposição de sucesso

Pág. 9



Em visita à ADFA

"Temos sempre em mente os deficientes das FA"

Manifestadas ao ministro da Defesa Nacional, por escrito, as apreensões e dúvidas da ADFA quanto ao Decreto-lei n.º 167/2005...

... em visita à Sede nacional, secretário de Estado "Como digo, em todas as medidas, em todas as iniciativas, não deixamos de ter em conta os interesses e as preocupações dos deficientes das Forças Armadas e da ADFA. Isso é absolutamente indesmentível e isso reafirmo-o hoje aqui sem qualquer dúvida".

Pág. 10 e 11

■ Comunicado das Direcções de Delegação e Esclarecimento da MAGN Pág. 2

■ Reflectindo Órgãos sociais nacionais mantêm-se firmes Pág. 5

■ Desporto Ciclismo - Taça Nacional e Orientação - I Prémio Ribeiro da Pena Pág. 5

■ Autárquicas Candidatos na ADFA Pág. 6

■ Analisando o DL 167/2005 Pág. 6



Comunicado

As Direcções das Delegações de Açores, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Famalicão, Faro, Madeira, Porto, Setúbal e Viseu vêm, em nome da honra e da ética que devem presidir a todos os actos associativos manifestar aos associados, o seguinte:



1 - Solidarizem-se com a decisão do Conselho Nacional que, numa demonstração de maturidade associativa, na reunião de 24 de Setembro passado, sem se intimidar pelas pressões de um grupo restrito de associados decidiu pôr cobro a uma situação de desrespeito e incumprimento das normas estatutárias, encerrando temporariamente a Delegação de Lisboa.

2 - Congratulem-se com a grande adesão dos Associados às Assembleias Gerais Nacionais Extraordinárias convocadas para o dia 15 de Outubro passado, em Leiria, numa prova inequívoca de que a ADFA foi, é e continuará a ser o referencial da garantia da defesa dos direitos dos Deficientes Militares.

3 - Lamentem a irresponsabilidade dos associados que, tendo requerido a convocação da Assembleia Geral Extraordinária de 15 de Outubro passado, não compareceram a esta Assembleia, inviabilizando a sua realização, em manifesto desrespeito pelas centenas de associados que, com sacrifício pessoal e económico, marcaram a sua presença.

4 - Lamentem, também, o comportamento de uns quantos associados que, afirmando-se subscritores da convocatória da Assembleia Geral Extraordinária, tomaram atitudes intimidatórias, agressivas e insultuosas para com a Mesa da Assembleia Geral Nacional e os restantes Órgãos Sociais Nacionais presentes.

5 - Isortem os associados e as estruturas associativas à coesão e unidade, em torno dos princípios e valores que presidiram à criação da ADFA, quer na defesa dos direitos já consagrados, quer na obtenção daqueles que, sendo justos e legítimos, ainda não foram reconhecidos.

As Delegações da ADFA manifestam, ainda, à Direcção Nacional o seu total apoio, depositando nela a sua confiança para prosseguir as diferentes acções associativas em prol da defesa dos objectivos da ADFA.

ADFA, 19 de Outubro de 2005

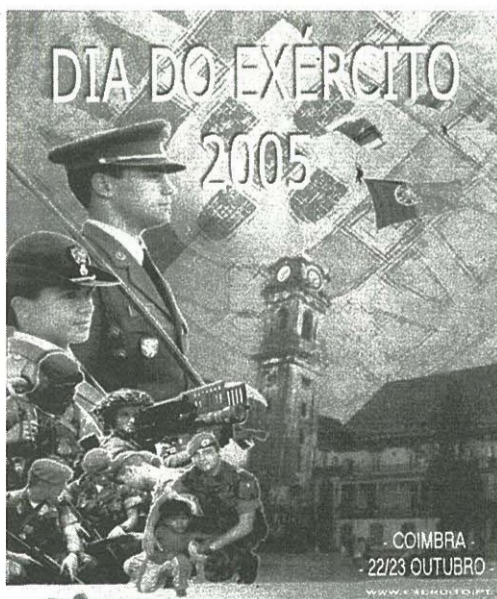
Pelas Direcções das: Delegação dos Açores, Delegação de Bragança, Delegação de Castelo Branco, Delegação de Coimbra, Delegação de Évora, Delegação de Vila Nova de Famalicão, Delegação de Faro, Delegação da Madeira, Delegação do Porto, Delegação de Setúbal, Delegação de Viseu.

Comemorações do Dia do Exército

Decorreu no passado dia 23 de Outubro, em Coimbra, junto ao túmulo de Dom Afonso Henriques, seu patrono, a cerimónia militar com que se encerraram as comemorações do Dia do Exército, com a presença do ministro da Defesa Nacional e outras altas entidades militares e civis, em que a ADFA se fez representar pelo presidente da Direcção Nacional.

Da alocução proferida pelo general Chefe do Estado Maior do Exército realçamos:

... " O Exército tem a sua base alicerçada em cada momento nos militares no activo, dos quadros permanentes e dos regimes de voluntariado e contrato, mas porque neles se reconhece, também engloba em permanência os militares na reserva, e na reforma e os deficientes das Forças Armadas. Releva pois no longo percurso do Exército o elemento humano, que se prolonga também ao longo dos séculos pelos muitos milhares de ex-combatentes e de cidadãos que com sentido patriótico cumpriram serviço nas suas fileiras".



tes e de cidadãos que com sentido patriótico cumpriram serviço nas suas fileiras".

De salientar, no âmbito desta comemoração, as jornadas técnico-científicas entre a Universidade de Coimbra e o Exército Português, bem como a exposição "Exército - capacidades e meios".

Breves

COMEMORAÇÕES DO 5 DE OUTUBRO

Integrada nas comemorações da implantação da República, decorreu no Palácio da Ajuda uma cerimónia evocativa, a que se seguiu a inauguração da exposição "Do Palácio de Belém", em organização do Museu da Presidência da República, tendo estado presente às mesmas, em representação da ADFA, o presidente da Direcção Nacional.

CRUZ VERMELHA PORTUGUESA

No passado dia 24 de Outubro, deslocaram-se ao Palácio dos Condes d'Óbidos, sede nacional da CVP, os presidente e 1.º vice-presidente da DN, que ali tiveram uma reunião com o novo Presidente Nacional da Cruz Vermelha Portuguesa.

Mostrando-se já bom conhecedor dos vários assuntos que envolvem a ADFA, o dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa mostrou grande empenho em que prossigam as reuniões de trabalho entre as duas instituições, no sentido de se encontrarem soluções de mútuo respeito pelos interesses de cada uma, na resolução dos processos pendentes, nomeadamente quanto ao Lar Militar.

ANIVERSÁRIO DO HOSPITAL MILITAR PRINCIPAL

Com uma interessantíssima conferência proferida pelo Presidente do Conselho Directivo do Instituto Nacional de Emergência Médica - INEM, dr. Luís Manuel Cunha Ribeiro, a que assistiram numerosas individualidades militares e civis, decorreram, no dia 6 de Outubro, no Pavilhão da Família Militar, as cerimónias comemorativas de mais um aniversário do HMP, a que esteve presente, em representação da ADFA, o 1.º secretário da DN.

ASSOCIAÇÃO DE OFICIAIS DAS FORÇAS ARMADAS

Celebrando esta Associação o seu 13.º aniversário no passado dia 12 de Outubro, ao seu jantar comemorativo, a que compareceram inúmeras individualidades e representações associativas, esteve presente, pela ADFA, o 1.º secretário da DN.

Agenda

AGENDA

23 NOVEMBRO

31.º Aniversário do Elo
Simpósio sobre Perturbação Pós-stress+traumático

7 DEZEMBRO

31.º Aniversário da Delegação do Porto

FESTAS DE NATAL

8 DEZEMBRO

- Madeira

10 DEZEMBRO

- Coimbra

11 DEZEMBRO

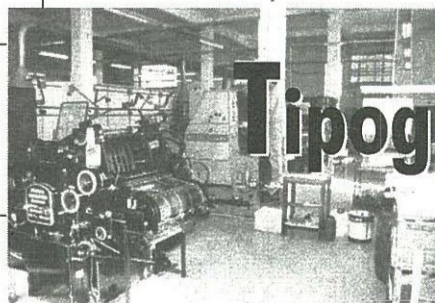
- Famalicão

16 DEZEMBRO

- Viseu

17 DEZEMBRO

- Castelo Branco, Évora, Faro e Porto



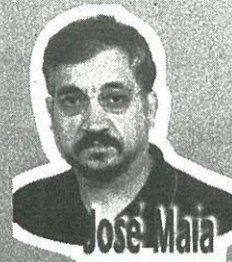
Tipografia Escola da ADFA

Todo o tipo de Artes gráficas

Fotocomposição ■ Offset ■ Montagem ■ Tipografia

Largo do Outeirinho da Amendoeira (ao Campo de Sta. Clara) 1100-386 LISBOA
Tel.: 21 882 24 80/1/2/3 • Fax: 21 882 24 86

Cartas do Mondego



... parece mesmo que nada se aprendeu

As minhas palavras são de desejo da perfeita discussão político-associativa, de respeito institucional pelas ideias e opiniões individuais.

Cada um tem o seu paradigma de enfrentar determinado tipo de situações, de defender e expor ideias e tal facto faz parte das regras democráticas, embora por vezes, mesmo em democracia, as regras sejam fardo com dois pesos e duas medidas. Pela forma e modo como discuto e defendo princípios e projectos em relação a determinado tipo de situações, não se deduz que tenho o mínimo que seja contra quem for, enquanto pessoas, cidadãos, militantes desinteressados enquanto associados, que felizmente ainda os há, independentemente de ideologias ou credos!...

Não se percebe, porém, a maneira como certos assuntos são tratados no seio da ADFA, quer a nível individual, quer em nome de certas unanimidades; depois de tantas lutas em comum e ultrapassadas barreiras que se julgavam intransponíveis!

O confronto directo e leal, substituído pelo arrufo arruaceiro, o diz que diz, a afronta e a mentira, são duma gravidade que espanta o mais descuidado. O que venho dizendo há muito sobre certas acções, está na ordem do dia. Criticar, não é deltar abaixo. Discutir não é gritar ou difamar.

Pensei em determinado momento que, falando e colocando com clareza os interesses associativos acima de tudo, as coisas teriam bom rumo para todos e se compunham! Pura ilusão. Parece que o tempo e as mazelas pouco ou nada nos ensinaram. Extremam-se posições, provocam-se conflitos, afiam-se os sabres, contam-se as espingardas... parece mesmo que nada se aprendeu. Antes pelo contrário. Aumentam os problemas, não se apresentando sérias soluções. Parece que a hora é o de abater a caça.

A vida da nossa Associação está a entrar em degradação. Existem responsáveis. Eleitos e eleitores.

Acredito que, com boas intenções, muitos protejam medidas na sua ingenuidade e preocupação pelo futuro!...

Outros, conversa não lhes falta, mas obra é coisa que não se vê. Duvido mesmo de apregoados associativismos. Nalguns casos a prova é evidente. O guerreiro prova a sua valentia no campo da batalha. Ataca de frente e não pela retaguarda. Mostra-se ao dia e não pelo breu. O que por vezes se ouve e lê sobre estratégias a implementar no interesse do todo, são pura e simplesmente manobras de diversão, tentando tapar-se o sol com a peneira; proclamam-se vontades dos escribas e os arautos, mesmo que sem grande fé, ditam discursos de quem se habituou já a

viver no escuro. E é pena. É mesmo uma pena.

Tanto que se podia discutir e fazer à luz do dia, sem preocupações de marcação de território e desculpas de remediar o que supostamente outros terão vindo a destruir...

Isto é no mínimo caricato, para não dizer ridículo. Há que pôr termo a isto ou será o fim dos que são deficientes. Haverá que trabalhar, discutir sem ambiguidades, mas também sem sofismas, com lealdade, enquanto houver tempo para tal. Não basta ser eleito. Há que ter em conta o verdadeiro estado de consciência. Que cada um assuma as suas responsabilidades, mas tal não significa contestar sem nexos e a qualquer preço, principalmente por ajuste de contas. Tomar em conta a situação, promover atitudes que nos levem a alcançar o objectivo que levou à formação da Associação.

Agir em tempo útil para que se ponha um ponto final nesta novela e se procurem os caminhos sem atalhos e se terminem as emboscadas e golpes de mão.

A dignificação de todos os deficientes militares, a consagração dos legítimos direitos e consequente conquista da verdadeira reabilitação. Estamos à espera de quê?

Que as sequelas se dissolvam em respeito pelos Estatutos e pela democracia.

Reflectindo



Quando paramos para pensar, inquirimo-nos por vezes sobre a forma como são abordadas certas questões que, extraídas do seu contexto, permitem leituras desenquadradas dos objectivos de quem as escreveu: Resultados da prática democrática e da forma livre como cada um interioriza os assuntos que lhe são apresentados.

Vem esta introdução a propósito da enorme polémica, sem dúvida exagerada, levantada em relação a um parágrafo, integrante do memorando que a Direcção Nacional remeteu ao Primeiro Ministro, e que colheu laivos de anátema, por parte de um sector de associados, e o beneplácito de outro conjunto deles.

Aliás, a mais valia de tal documento, e do famigerado parágrafo, este pela visão solidária que transmite, para além de vincar que não admitimos que nos não toquem no que é intocável, foi bem realçada pela Comissão Parlamentar de Defesa Nacional, na reunião de trabalho que a DN com ela manteve.

A nossa intenção, com tal manifestação de consciência social, tem-nos permitido, como se esperava, ampla abertura nas difíceis negociações que se levam a cabo neste momento, quando não perder um direito específico é sagrado, o que não admitiremos, e continuar integrados nos regimes especiais, fruto de alterações profundas que sofrem os direitos, designadamente os dos militares, constitui luta diária e atenta para não perdermos a carruagem da frente do comboio da mudança.

A capacidade de intervenção da ADFA tem-se pois reforçado recentemente, como é verificável;

Pelas afirmações do secretário de Estado da Defesa na Sede Nacional (ver pág. 10 e 11) e num programa de televisão de há dias, sobre a questão dos Antigos Combatentes, quando referia que nos compromissos do Orçamento de Estado havia imperiosamente de se contar com as questões dos Deficientes das Forças Armadas e do Stresse de guerra;

Por igual entendimento do próprio ministro, perante a Assembleia da República, relativamente a esta última matéria, que também alertou os deputados para a necessidade de serem acautelados os nossos direitos e a eficácia do apoio aos afectados pelo Stresse de Guerra, matérias também abordadas aquando do 82.º aniversário da Liga dos Combatentes (ver pág. 6); e,

Pela alocução do Chefe de Estado Maior, na cerimónia militar solene do Dia do Exército, na qual incluiu os deficientes das Forças Armadas como membros da "família" que constitui aquele ramo das Forças Armadas (ver pág. 2).

Neste ambiente de reconhecimento oficial e público de nós próprios e da credibilização da justeza das nossas propostas, impõe-se serenidade, firmeza e união. Estão em cima da mesa negociações muito sérias, como a regulamentação do decreto-lei que unificou as ADM's (ver pág. 15), e a reestruturação das carreiras e vencimentos dos militares, bastando que mude a designação dos actuais postos, sem a garantia que aos novos se equipararão os nossos, para estarem em causa o cálculo e recebimento das reformas extraordinárias e pensões de invalidez por inteiro, tal como a actualização com os vencimentos do activo.

Não é pois o momento da instabilidade interna e, por isso, os Órgãos Sociais Nacionais se manterão firmes no seu mandato, cientes da sua responsabilidade, imposta pela confiança do voto intenso e nacional, da manutenção dos nossos direitos.

Não defraudaremos a esperança dos associados!

A Direcção Nacional

Opinião

Aves de Arribação

O Mundo está inquieto, e com razão, a respeito do perigo potencial da gripe das aves. Epidemia, pandemia, ou histeria colectiva? Longe de mim pronunciar-me sobre as questões científicas deste magno problema. Apenas um comentário sobre o que vai aparecendo na televisão.

Disse alguém importante e responsável que em Portugal haverá, lá para 2006, dois milhões e meio de vacinas à nossa disposição. Não é mau; quer dizer que um quarto dos portugueses poderão ser vacinados. Mas aqui surgiu a grande dúvida: quais deles?

Os maledicentes diriam que, em fins de 2006, se a epidemia se verificar, seriam vacinados os sobreviventes. É

pessimismo agudo, já que as previsões são de 11.000 a 13.000 mortos.

Afastada essa hipótese, vamos ser realistas. Serão vacinados os criadores de aves, o pessoal ligado à saúde, à cadeia alimentar, às forças de segurança, aos serviços públicos, as autoridades nacionais, regionais e locais, etc., de modo a que tudo funcione. Resta saber se não haverá mais de 2,5 milhões de imprescindíveis, o que, conhecendo nós o País em que vivemos, é natural que aconteça. E não venham dizer que são uns happy few: trata-se de um quarto da população portuguesa!

Porém, se o critério de vacinação for político, estarão com sorte os

pobrezinhos. É que em Portugal, todas as leis, decretos-lei e portarias (para só falar destas) que se publicam contêm, pelo menos no preâmbulo, uma vigorosa afirmação de que a medida legislativa foi tomada em favor das classes mais desfavorecidas. Donde se conclui que, se for esse o critério, estarão garantidas as zonas deprimidas, os bairros degradados, os rurais criadores de três galinhas poedeiras e alguns frangos raquíticos.

De qualquer forma, uma coisa é certa: tratando-se de gripe das aves, estarão decerto bem protegidos os muitos passarões que por cá proliferam.



Notícias

ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIAS

Ânimos exaltados

Conforme as respectivas Convocações inseridas no ELO passado, deveriam ter-se realizado, em Leiria, no dia 15 de Outubro, duas Assembleias Gerais Nacionais Extraordinárias.

Marcada a primeira para ter início pelas 14H00, logo pelas 14H30 se constatou, face ao ainda pequeno número de associados presentes na sala do Teatro José Lúcio da Silva, contrastando com as largas centenas que no exterior aguardavam possibilidade de entrar, que não seria possível continuar a proceder ao habitual sistema de identificação "um-a-um".

Assim, e porque a primeira votação prevista teria que ser por voto secreto, a Mesa deu indicações para que fossem abertas as portas a todos os que ainda não tinham entrado.

Acomodados na sala, lotada desde a plateia aos camarotes e 2.º balcão, os mais de 700 associados que à cidade do Lis se deslocaram, alguns dos quais, dada a especificidade da sua deficiência, se faziam acompanhar das esposas, explicou então o presidente da MAGN a metodologia que iria ser seguida, a qual havia permitido a decisão de franquear as portas sem identificação prévia: porque a questão que preenchia o "Ponto único" da Ordem de Trabalhos - destituição da Direcção Nacional, a requerimento de um conjunto de associado -, requeria voto secreto, os presentes identificaram-se, no momento da votação, pelo número e nome, assumindo a declara-

ção verbal de que tinham as quotas em dia.

Dando início aos trabalhos, o presidente da MAGN, e em consequência da metodologia aceite, chamou então, pelo número e nome, os 105 proponentes que faziam parte da lista que lhe havia sido entregue pelo respectivo mandatário, já que, pelo n.º 5 do artigo 30.º dos Estatutos, a Assembleia só se poderia realizar se estivessem presentes, pelo menos, três quartos dos requerentes; neste caso, no mínimo, 79. Originando-se uma certa confusão, já que os chamados respondiam dos seus lugares, nem sempre sendo perfeitamente audíveis, a Mesa pediu ao mesmo mandatário que a ajudasse na confirmação de presenças e contagem final. Conseguida esta, foi anunciado,

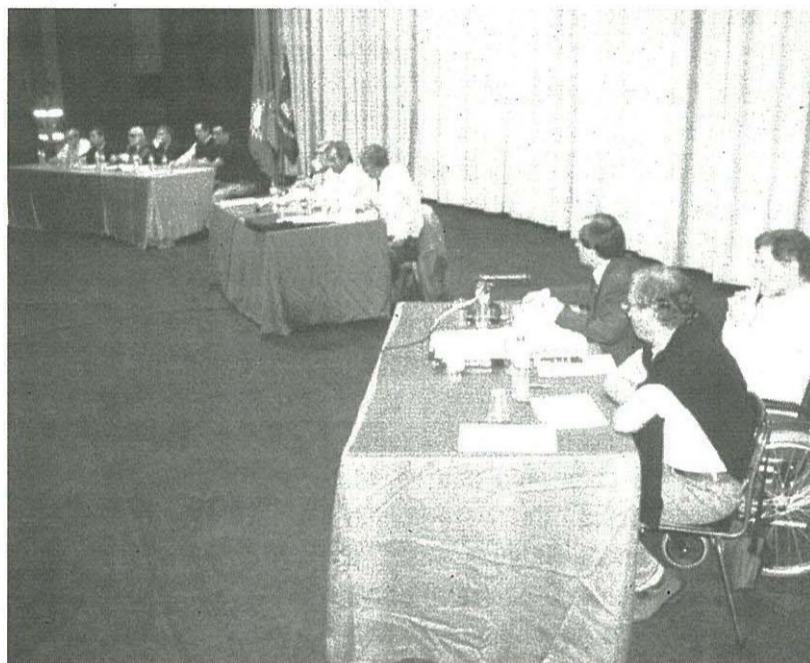


ciados proponentes, estando em falta, portanto, 31, a mesma era considerada encerrada.

Perante esta, certamente imprevisível, situação, e dado que era praticamente impossível, quer pela hora (perto já das 17), quer pela dispersão dos associados (que então se espalhavam pela sala, átrios, corredores e mesmo exterior) proceder-se à identificação dos presente, que afinal - recordê-se - não havia sido feita por não ter havi-

do votação na Assembleia imediatamente anterior, o presidente da Mesa, dando início à segunda AGNE, tentou explicar que o respectivo Ponto Um - anulação da deliberação da AGD de Lisboa, de 9 de Julho de 2005, que pretendia a convocação de uma AGNE para destituição da Direcção Nacional -, não podia ser cumprido porque deliberativo, podendo, no entanto, o Ponto Dois - estratégia legislativa -, ser tratado, ainda que apenas como informação e análise. Dado, porém, o ambiente que se foi criando, com alguns ânimos demasiado exaltados, apesar dos sucessivos apelos à calma por parte da Mesa, a sessão acabou por ter de ser mesmo declarada encerrada, por falta de condições de trabalho.

J.M.S.



seriam já 16h05, que, não estando reunido o *quorum* necessário para a Assembleia se realizar, visto só estarem presentes 74 dos asso-

8	6	2	4	9	3	1	7	5
1	9	3	7	5	8	4	2	6
4	5	7	6	1	2	9	8	3
3	2	4	5	6	7	8	1	9
5	8	6	1	2	9	3	4	7
7	1	9	3	8	4	5	6	2
9	4	8	2	3	6	7	5	1
2	3	5	8	7	1	6	9	4
6	7	1	9	4	5	2	3	8

Solução
Problema nº 1 - Fácil

8	6	2	4	9	3	1	7	5
1	9	3	7	5	8	4	2	6
4	5	7	6	1	2	9	8	3
3	2	4	5	6	7	8	1	9
5	8	6	1	2	9	3	4	7
7	1	9	3	8	4	5	6	2
9	4	8	2	3	6	7	5	1
2	3	5	8	7	1	6	9	4
6	7	1	9	4	5	2	3	8

Solução
Problema nº 1 - Superfácil

(da página 17)
SOLUÇÕES dos jogos de Sudoku

Banda (ou banner) com destaque das últimas notícias (ou temas) na hora

Em V.N. Famalicao o Museu da Guerra Colonial, que não dispensa uma visita

A última notícia e listagem das colocadas anteriormente

Dados sobre todas as delegações da ADFA

Aqui pode consultar o Jornal Elo, em formato PDF

Gabinete Jurídico um dos mais importantes serviços de apoio aos sócios

Em Utilidades existe uma secção onde pode descarregar livros completos

Sabia que pode marcar consultas por aqui?

www.adfa-portugal.com

Desporto

CICLISMO

Taça Nacional 2005

Realizou-se em 22 de Outubro pp, organizado pela ANDDEM, a Taça Nacional de Ciclismo, num circuito urbano no aldeamento turístico Mira Vilas, junto à praia de Mira.

Os ciclistas, pertencentes à área mental, percorreram por sete vezes um circuito com cerca de 2300 metros, num

total de 15 km, tendo conquistado a taça o Grupo Desportivo e Cultural da APPACDM de Gaia e sendo vencedor individual em seniores, André Penedo.

Os ciclistas da ADFA, que percorreram 12 voltas ao mesmo circuito, num total de 27600 metros, não contaram para a classificação colectiva da Taça Nacional,



Arquivo ADFA

atendendo à sua idade, mas apenas a classe de veteranos, vencendo no escalão B (40 aos 50 anos), António Oliveira, da delegação de Viseu, e no escalão C (mais

de 50), foi Farinho Lopes o 1.º, Joaquim Filipe o 2.º e José Santos o 3.º.

O prémio do azar foi atribuído ao ciclista da ADFA António Gomes, por ter furado.

Os ciclistas da ADFA, muito reconhecidos pelo convite que a ANDDEM lhes endereçou para esta prova, que teve grande assistência e apoio populares, enviam um grande "Bem-haja" a toda a organização.

ORIENTAÇÃO

I GRANDE PRÉMIO DE RIBEIRA DE PENA

Excelente classificação da ADFA

Mais uma vez Marco Póvoa, ostentando na sua camisola o emblema da ADFA, apareceu na televisão, desta feita no programa da RTP1, "Portugal em directo", de 17 de Outubro último, a propósito de mais uma vitória.

É que, na véspera, havia-se disputado o I Grande Prémio de Orientação de Ribeira de Pena, no qual a ADFA, por equipas, obteve um excelente 4.º lugar, só possível porque à relativa pouca quantidade de atletas se sobrepôs a qualidade de cada um.

Eis os resultados dos representantes da ADFA, conforme as categorias em que se integraram: H21 Elite (33 participantes) - 1.º - Marco Póvoa, 3.º - Santos Sousa e 6.º - Pedro Nogueira; H35 A (18) - 1.º - Soares dos Reis e 2.º - Daniel Pires; H21 A (16) - 1.º - Bas Breman e 4.º - Sérgio Caldeira; Juniores Masc. A (19) - 9.º - Marcelo Pinto; H40 (17) - 1.º - Mário Duarte e 9.º - Luís Quinta-Nova; H45 (23) - 2.º - Amadeu Pinto e 7.º - Jorge Dias; D21 Elite (16) - 2.º - Emília Silveira, 4.º - Milena

Dneboska e 8.º - Sandra Rodrigues; H21 B (36) - 17.º - Soares; Juniores Masc. B (9) - 2.º - João Alves; H50 (15) - 1.º

- Jacinto Eleutério e 2.º - Crispim Júnior; Juvenis Masc. (17) - 13.º - David Sousa e D35 (9) - 2.º - Regina Sousa.

Semana de Orientação

Conforme ELO informou na sua última edição, realizou a FPO, de 17 a 23 de Outubro passado, e pela primeira vez, uma "Semana de Orientação", a qual teve provas abertas à população um pouco por todo o país.

No dia 22, e com os apoios da delegação de Évora da ADFA e da Câmara Municipal de Vendas Novas, decorreu a chamada "prova VIP", destinada a equipas de empresas e outras entidades, algumas delas mistas por insuficiência de representantes próprios, entre elas, por exemplo, uma do gabinete do secre-

tário de Estado do Desporto (ele mesmo também), outra em que se incluíram o 3.º secretário da DN, José Pavoeiro, e o presidente da DD Évora, Calhau Branco, ainda mais com o presidente da CM de Vendas Novas e com o presidente da FPO, etc., etc., ...que devem ter dito das boas ao São Pedro pela carga de água que lhes enviou.

Na cerimónia de encerramento, para além dos molhados atrás indicados, participou ainda o Governador Civil, todos se tendo congratulado com a magnífica divulgação da modalidade conseguida.

ATLETISMO

15 MEDALHAS PARA TÍTULO MUNDIAL

Ouro 6, prata 1 e bronze 8

Como informámos no ELO anterior, realizou-se em Camberra, Austrália, de 24 a 30 de Setembro, o 5.º Campeonato do Mundo de Atletismo para a Deficiência Intelectual, no qual participou uma selecção nacional, com origem na ANDDEM, formada por 15 atletas e 5 técnicos/dirigentes.

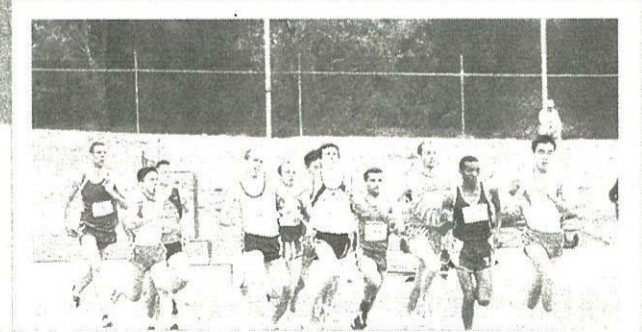
Como era de esperar, e sempre com grande apoio e carinho da comunidade portuguesa, os nossos representantes, entre cerca de 250 participantes oriundos de mais de 20 países, con-

seguiram excelentes resultados, como são bem demonstrativas as medalhas conquistadas: 6 de ouro, 1 de prata e 8 de bronze.

Eis a respectiva distribuição, por atleta:

Lenine Cunha, uma das grandes figuras do campeonato - ouro no pentatlo, no triplo salto e no salto em comprimento, prata nos 100m barreiras;

Sandra Gomes, idem - ouro no pentatlo, bronze em 100m e 400m barreiras; Pedro Isidro - ouro na marcha atlética 10000m; Marisa Serralheiro - ouro na marcha atlética 5000m; Maria Maganinho - bronze no pentatlo e no salto em altura; Vítor Pleno - bronze nos 400m barreiras; António Soares - bronze nos 5000m; António Mariz - bronze nos 10000m e Ricardo Azevedo - bronze no lançamento do martelo.





Candidatos autárquicos na ADFA

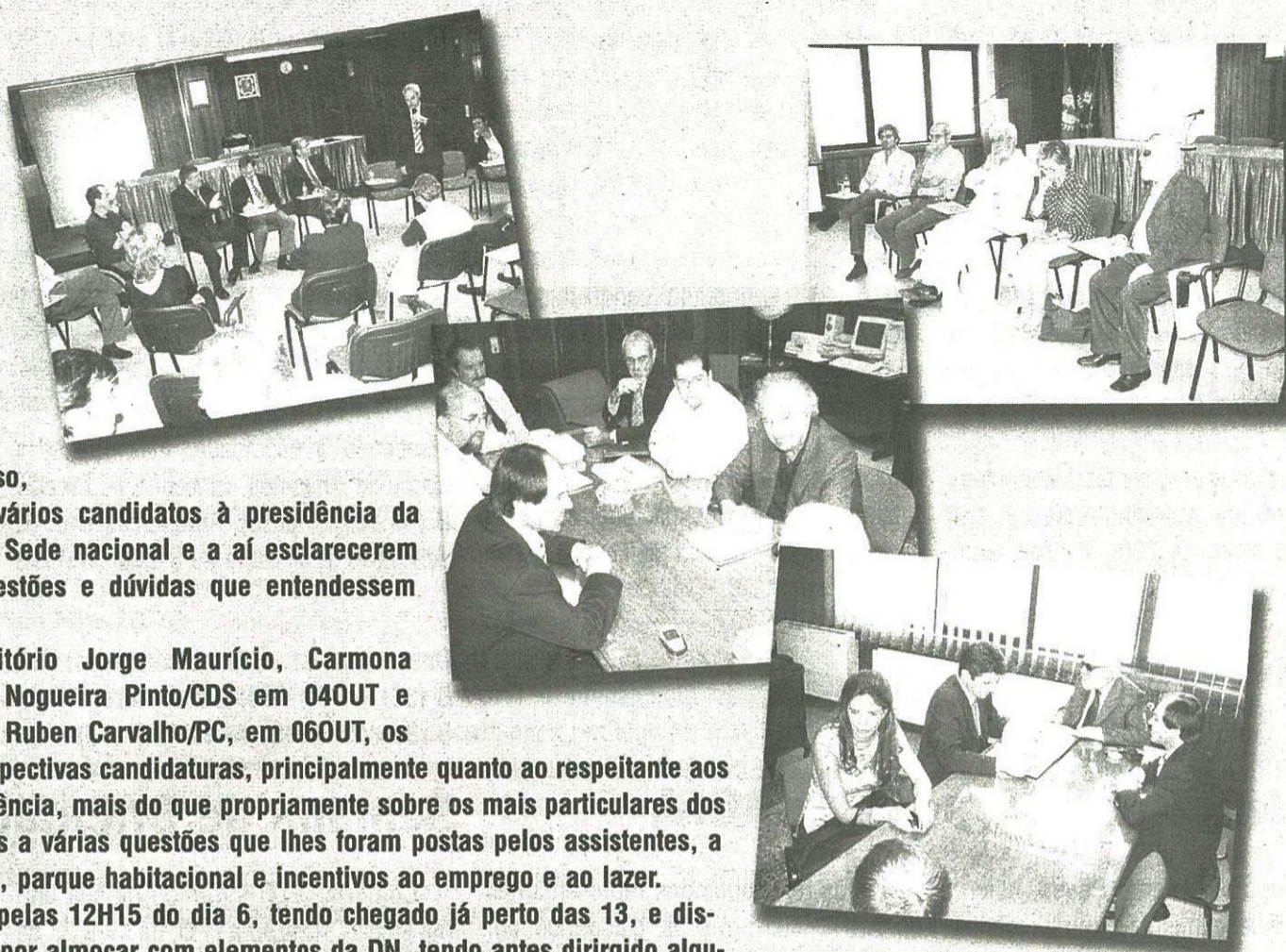
Conforme se tem pretendido como uso, também desta vez a DN convidou os vários candidatos à presidência da Câmara Municipal de Lisboa a visitar a Sede nacional e a aí esclarecerem associados e funcionários quanto a questões e dúvidas que entendessem colocar-lhes.

Neste sentido estiveram no Auditório Jorge Maurício, Carmona Rodrigues/PSD em 30SET, Maria José Nogueira Pinto/CDS em 04OUT e Modesto Navarro, na impossibilidade de Ruben Carvalho/PC, em 06OUT, os quais, expondo os pontos de vista das respectivas candidaturas, principalmente quanto ao respeitante aos problemas gerais das pessoas com deficiência, mais do que propriamente sobre os mais particulares dos deficientes militares, responderam depois a várias questões que lhes foram postas pelos assistentes, a maior parte sobre acessibilidades e afins, parque habitacional e incentivos ao emprego e ao lazer.

Manuel Maria Carrilho/PS, esperado pelas 12H15 do dia 6, tendo chegado já perto das 13, e dispondo somente de 1 hora, optou apenas por almoçar com elementos da DN, tendo antes dirigido algumas palavras aos associados que se encontravam no restaurante.

Dados os compromissos próprios, não foi possível a presença da equipa de Sá Fernandes/BE.

As eleições decorreram em 9 de Outubro passado e o candidato eleito foi o Professor Carmona Rodrigues.



Notícias

82.º aniversário da Liga dos Combatentes

Com várias cerimónias que decorreram junto ao Monumento aos Combatentes e no Forte/Museu do Bom Sucesso, em Belém, comemoraram-se, em 15 de Outubro passado, os 82 anos da Liga dos Combatentes, que viu nesse dia o seu estandarte nacional condecorado com a Medalha de Ouro de Serviços Distintos.

Embora a ADFA não tivesse estado presente, dado que nessa mesma data decorriam em Leiria as suas duas AGNE, foi pela Direcção Nacional enviada ao presidente da Liga, tenente-general Chito Rodrigues, uma mensagem explicando tal facto, mas solidarizando-se com as comemorações e com todos os ex-combatentes.

Presididas as cerimónias pelo ministro da Defesa Nacional, do seu discurso transcrevemos:

... "Relativamente à entrega de requerimentos para efeitos de contagem de tempo do período de presta-

ção de serviço militar de ex-combatentes para efeitos de aposentação e reforma, entendeu-se oportuna a elaboração de um projecto de diploma que não estabelece qualquer prazo para essa entrega no âmbito das Leis n.ºs 9/2002 e 21/2004, acolhendo-se, dessa forma, e relativamente a esta matéria, o entendimento da Liga dos Combatentes nesse sentido. (*)

Relativamente aos militares e ex-militares portadores de perturbação psicológica crónica resultante da exposição a factores de stress durante a vida militar, encontram-se em fase de aprovação os diplomas de regulamentação para celebração de protocolos entre os Ministérios da Defesa Nacional, da Saúde, do Trabalho e da Solidariedade Social e as organizações não governamentais e de revisão das atribuições da Comissão Nacional de Acompanhamento para a



Coordenação da respectiva Rede Nacional de Apoio.

... Relativamente ao Fundo dos Antigos Combatentes, o mesmo não foi no antecedente dotado dos meios financeiros neces-

sários para garantir a sua operacionalidade e, especialmente, a sua solvência, dado o volume significativo das verbas exigidas. Em 2005 os compromissos assumidos para com os ex-combatentes serão cumpridos nos termos da Lei n.º 9/2002 e procederemos posteriormente a uma ponderação adequada sobre a legislação em vigor". ...

(*) Nota da Redacção – de realçar que foi também sempre este o entendimento da ADFA, várias vezes reiterado, assim como da generalidade das associações de ex-combatentes

DN esclarece e informa Antigos Combatentes

Com as últimas declarações de responsáveis do Ministério da Defesa, e intervenções de outros políticos, parece estar lançada nova polémica sobre o assunto "antigos combatentes".

Já houve na ADFA quem defendesse que a Associação se deveria manter à margem deste processo, talvez ainda reflexo da rejeição de qualquer ligação ao meio militar que esteve em voga há muitos anos. Porém, há que reconhecer que a ADFA não pode deixar-se alhear de um

assunto que toca de perto a maioria dos seus associados.

Deste modo, estivemos presentes em várias reuniões com o Governo e com outras associações ligadas aos antigos combatentes, com participação activa nos comentários às iniciativas dos sucessivos Governos e na elaboração de propostas concretas no sentido da defesa dos nossos direitos.

Infelizmente, pouco efeitos têm tido as propostas que, individual ou colecti-

vamente, temos apresentado. E foi necessária a falência do sistema de financiamento da solução apresentada pelo anterior Governo para que se tomasse de novo consciência de que o assunto está longe de se encontrar encerrado.

Aguardamos novas consultas, mas esperamos sobretudo que as propostas concretas apresentadas pelas associações sejam "desenterradas", pois pouco mais haverá a dizer.

A base das reivindicações dos antigos combatentes, tanto os residentes no País como os emigrantes, está na contagem do tempo de serviço. E essa continua por resolver, apesar de terem sido investidos milhares de euros na montagem do dispositivo que a tornou possível.

Esperemos que o relançamento do debate nos faça regressar às origens do problema, e não seja a criação de mais um paliativo que a ninguém satisfaz.

A Direcção Nacional



Delegações

NÚCLEO **AVEIRAS DE CIMA**



MÚSICA



Grande "tarde fadista"

Mantendo a tradição ribatejana dos encontros "fadistas" de Novembro organizados pelo núcleo, este ano em 12.^a edição, vai realizar-se uma jornada de convívio associativo no próximo dia 19 (de Novembro, claro!), no restaurante "Pôr do Sol 2", na saída da auto-estrada para Alcoentre.

O encontro iniciar-se-á com o almoço, seguindo-se uma "tarde de fados e humor", durante a qual será servida uma bebida aos convivas.

Ementa do almoço, que importa em 16 euros por pessoa: entradas, sopa, bacalhau no forno, vitela assada, bebidas várias, sobremesas, café e digestivo.

Associado: inscreve-te até dia 16 às 20H00 através do tlf. 26 347 56 66 ou tm. 96 489 22 51.

Comparece e não percas um dia bem passado!

CASTELO BRANCO



Almoço de Natal

A exemplo de anos anteriores, vai a delegação realizar o seu convívio de Natal, sendo a data escolhida o dia 17 de Dezembro, um sábado, e o local o restaurante "Barros", localizado na Zona Industrial do Fundão (saída da A23/Fundão Norte e tomar o sentido da ZI).

A ementa do almoço é composta de:

acepipes, sopa, bacalhau com broa, arroz de pato, bebidas (vinho da região, cerveja, águas e sumos), 2

sobremesas, café, bolo rei e espumante.

Preço por pessoa – 15 euros, sendo que as crianças até aos 10 anos só pagam metade.

Vamos fazer do nosso almoço de Natal mais um grande convívio associativo.

Não faltes com os teus familiares.

As inscrições, acompanhadas do respectivo pagamento, deverão ser efectuadas na delegação, até ao próximo dia 13 de Dezembro.

COIMBRA



Almoço de Natal

Como já se informou no anterior número do ELO, a delegação irá organizar o habitual "Almoço de Natal", que se realizará, este ano, na "Quinta do Outeiro", em Tentúgal, no sábado, 10 de Dezembro, com início pelas 13Horas:

Ementa: entradas – grelhada mista, salgadinhos, etc; sopa de peixe; prato de peixe – bacalhau no forno com batata assada; prato de carne – cozido à portuguesa; sobremesa – salada de fruta ou arroz doce; bebidas – vinhos

tinto e branco, cerveja, sumos e águas; digestivos – café e whisky novo.

Preço por pessoa: 25 euros, pagando as crianças dos 6 aos 10 anos 12,50 euros e nada as até aos 5 anos.

Inscrições: na delegação da ADFA, ou através de telefone, até às 17H00 do dia 5 de Dezembro, 2.^a-feira.

As inscrições só serão aceites mediante prévio pagamento, directamente na delegação ou por envio de cheque.

NÚCLEO LEIRIA



Tradicional Magusto

Convidam-se os associados a participarem no tradicional magusto levado a efeito pelo nosso núcleo, este ano no dia 20 de Novembro (domingo), pelas 15H00, nas instalações dos Bombeiros Municipais de Leiria (edifício em frente do núcleo).

Confirmações até 15 de Novembro, através do telefone 24 482 35 21, todos os dias das 14H00 às 18H00.

Não Faltes!

ÉVORA



Convívio de Natal

O convívio de Natal da delegação vai realizar-se, este ano, no dia 17 de Dezembro, no restaurante "O Prego", em Vendas Novas, com o seguinte programa: 9H30 – partida de Évora^a; 10H30 – concentração em Vendas Novas, frente ao quartel; 10H45 – visita ao quartel da Escola Prática de Artilharia; 12H30 – almoço.

Durante a tarde haverá animação musical, com distribuição de prendas a crianças^b e de lembranças a associados com 25 anos de filiação na ADFA.

– 18H30 – Regresso a Évora^a

Outras informações: 1 – as inscrições devem ser feitas na delegação ou pelo telefone 26 670 34 73, até às 17H30 do dia 12 de Dezembro; 2 – o custo por adulto é de 15 euros. As crianças até aos 7 anos não pagam e as dos 8 aos 12 anos pagam 10 euros; 3 – O restaurante "O Prego" fica situado junto à estrada Vendas Novas-Pegões, logo à saída de Vendas Novas, na 1.^a estrada à esquerda depois da bomba de gasolina.

^aEm autocarro, com inscrições até dia 12/12/05; ^ba filhos e netos de sócios até 12 anos, que estejam presentes no convívio, e mediante inscrição prévia na delegação até, também, 12/12/05.

FARO



Almoço de Natal

Como é tradicional nesta época do ano, vai a delegação levar a efeito a sua Festa de Natal, no próximo dia 17 de Dezembro, sábado, nas instalações da COOPPOFA – Rua Paralela à Rua dr. Emílio José Campos Coroa, 8000-325 FARO, telefone 28 986 20 94.

Mais uma vez o almoço será "à maneira", constando de entradas, arroz

de tamboril, febras com batatas fritas e salada, sobremesa, vinhos, cerveja, sumos e águas, café, tudo pelo preço, incluindo a música para dançar (a boa disposição leva-se de casa...), de 18,00 euros por pessoa.

As inscrições devem ser feitas até às 17H00 do dia 15 de Dezembro, na ou para a delegação, telefone 28 982 85 15.

MADEIRA



Festa de Natal

A delegação na Madeira realizará, no próximo dia 8 de Dezembro, a sua tradicional Festa de Natal dedicada aos associados e familiares, no restaurante "Encumeada", a partir das 12H30, havendo transporte garantido a partir da sede da delegação, no Funchal.

Para mais informações, e respectivas inscrições, deverão dirigir-se ao Serviço de Atendimento, pessoalmente ou através dos números de telefone 29 176 51 71 ou telemóvel 96 996 35 17, o mais tardar até o dia 5 de Dezembro.

PORTO



Visita dos candidatos autárquicos

Os candidatos à Câmara Municipal do Porto pelo Partido Socialista, dr. Francisco Assis, pela coligação CDU, eng.^o Rui Sá, bem como pelo Bloco de Esquerda, dr. Teixeira Lopes, visitaram a delegação do Porto, no período da campanha eleitoral, tendo debatido com elementos dos Órgãos Sociais da Delegação as suas principais propostas, na área da deficiência, para a cidade.

O Projecto do Centro Social do Porto mereceu, também, destaque, tendo sido reconhecido tratar-se de um equipamento de interesse regional e nacional.

O candidato pela coligação PSD/CDS-PP, dr. Rui Rio, apesar do

convite que lhe foi endereçado, não deu qualquer resposta, primando pela ausência e pelo silêncio.

Agenda: A Delegação do Porto leva a efeito, nos próximos meses de Novembro e Dezembro, as seguintes actividades: 05 de Nov., reunião de associados na sede da delegação, com início às 15H00; 12 de Nov., reunião de associados em Vila Real, com início às 15H00; 19 de Nov., reunião de associados no núcleo de Santa Maria da Feira, com início às 15H00; 23 de Nov., simpósio "Pós Stress Traumático", em Chaves, conforme programa em desta-

► continua na página seguinte



► continuação Delegação Porto

que noutra local; 1 de Dez., almoço de aniversário dos associados de Arouca, Vale de Cambra e Sever do Vouga; 3 de Dez., reunião de associados na sede da delegação, com início às 15H00; 7 de Dez., jantar do 31.º aniversário da delegação do Porto; 8 de Dez., encontro-convívio do núcleo de Santa Maria

da Feira (ver programa a seguir no espaço do núcleo); 17 de Dez., Festa de Natal da delegação, com início às 15H00 e 18 de Dez., encontro-convívio dos associados do distrito de Viana do Castelo, em organização dos sócios do concelho de Paredes de Coura.

Nota: sobre alguns dos eventos a realizar em Dezembro será prestada informação mais detalhada no próximo ELO

NÚCLEO **SANTA MARIA DA FEIRA**



Convívio Anual

Vai, uma vez mais, realizar-se, este ano no dia 8 de Dezembro, o convívio anual de confraternização dos associados afectos ao núcleo de Santa Maria da Feira, sendo o programa como a seguir se indica:

10H30 – concentração junto à Igreja Matriz de Fiães;

11H00 – missa em sufrágio dos associados falecidos e,

12H30 – almoço no restaurante "Flor do Bolhão".

As inscrições deverão ser efectuadas junto do núcleo ou no Serviço de Atendimento da delegação do Porto, até ao dia 5 anterior.

VILA NOVA DE FAMALICÃO



Festa do Associativismo e da Juventude

Foi já pelo terceiro ano consecutivo que a delegação esteve presente na "Festa do associativismo e da juventude", que decorreu de 16 a 18 de Setembro, em Vila Nova de Famalicão, tendo o seu espaço próprio sido perfeitamente complementado por dois

outros, estes da responsabilidade do Museu da Guerra Colonial.

Como em anos anteriores a afluência do público foi uma constante, tendo os nossos três pavilhões sido bastante, e interessadamente, visitados.

Estacionamento privativo



A Câmara Municipal atribuiu à delegação dois (2) lugares de estacionamento exclusivo, com vista a facilitar aos seus associados o acesso às instalações, mais concretamente aos serviços de secretaria e outros de apoio directo.

Assim, o associado após ter estacionado nesse parqueamento, deverá dirigir-se à secretaria e solicitar o cartão próprio, indo colocá-lo, bem visível, na viatura. Terminado o atendimento, o processo é o inverso, havendo que devolver o cartão o mais rápido possí-

vel, a fim de que outro dele possa usufruir. Há que tomar em atenção que cartões de associado ou de identificação militar não servem, podendo as autoridades multar, rebocar ou bloquear qualquer carro não, ou mal, identificado.

Para além destes dois lugares, existem também outros dois, não exclusivos da ADFA, destinados a viaturas de grandes deficientes, as quais deverão estar, aqui, identificadas pelo dístico próprio emitido pela DGV – dístico da cadeira de rodas.

Festa de Natal



A habitual confraternização de Natal de associados e familiares será este ano realizada no dia 11 de Dezembro.

Em tempo oportuno todos receberão, através de carta, informação detalhada sobre esta nossa tradicional festa, à qual se espera significativa adesão.

Passeio "Três Dias Fora..."



O já nosso habitual, e esperado, convívio "fora de portas", decorrerá de 3 a 5 de Fevereiro do próximo ano, percorrendo a região "saloia" de Mafra, Ericeira e Sintra, nos arredores de Lisboa.

Mas mais pormenores serão fornecidos em próximas edições do ELO. É só estar atento!

► continuação Vila Nova de Famalicão

Consultas de psicologia

Os associados interessados na consulta de psicologia de sexta-feira à tarde – dr.ª Graciete Cruz –, deverão marcar previamente a sua consulta na secretaria com a funcionária, D.Gina.

Delegação de V.N. Famalicão encerrada

Informam-se os associados que a delegação estará encerrada no dia 2 de Dezembro

NÚCLEO **GUIMARÃES**



Magusto

O tradicional "magusto" do núcleo terá lugar no próximo dia 12 de Nov., um sábado, nas suas instalações, com início pelas 17.00 horas. As inscrições poderão ser feitas quer no

núcleo quer na delegação, até ao dia 8, sendo o preço por pessoa de 10,00 euros.

Inscreve-te! Vem divertir-te com a tua família e amigos!

Funcionárias no núcleo

Informam-se os associados que, devido ao último sábado de Dezembro calhar no dia 24, a deslocação das funcionárias da delegação ao núcleo, nesse mês, foi alterada para o dia 17.

UISEU



Ceia de Natal

A tradicional ceia de Natal vai, este ano, ter lugar a 16 de Dezembro (6.ª-feira), a partir das 19H30, no restaurante "O carioquinhas",

A ceia, ao preço de 17,50 euros por pessoa, será composta por: entradas - aperitivos com diversas miudezas, inclusive feijoada à Carioquinhas e arroz de fêveras em devinha de alhos, que é uma delícia!; pratos quentes - sopa de creme de cenoura e bacalhau cozido com todos; sobremesas - fruta variada,

salada de fruta, pudim Molotof, bolo-rei e espumante; bebidas várias, café e digestivo.

Associado: inscreve-te até ao dia 12 de Dezembro. Vem, convive!

Os nossos problemas são para ser debatidos por todos. Acredita que conviver é viver.

Natal é família, alegria, esperança e amor entre as pessoas, e a ADFA é uma grande família que se quer forte e unida!



SIMPÓSIO SOBRE PERTURBAÇÃO PÓS-STRESS-TRAUMÁTICO

DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2005

AUDITÓRIO DO HOSPITAL DISTRITAL DE CHAVES

PROGRAMA

08H30 – Abertura do Secretariado e entrega de documentação

09H30 – Sessão de Abertura: Projectão do documentário: Testemunhos de ex-combatentes e família – produção ADFA/Porto. Pausa para café

11H00 – Realidades, especificidades e respostas. Moderador: dr. Jerónimo de Sousa – director do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia - CRPG. Comunicações: a) Perturbação Pós Stress Traumático; Pós Stress Traumático de Guerra - dr. Neves de Sá, psiquiatra b) Intervenção psicoterapêutica – dr.ª Graciete Cruz, psicóloga c) Modelo biopsico-social. A equipa multidisciplinar – dr.ª Margarida Marques, técnica superior de Serviço Social. Debate

12H30 – Almoço

14H00 – A realidade e as respostas no Alto Tâmega. Moderador: dr. Gil das Neves, director clínico do Hospital de Chaves. Comunicações: a) (aguarda-se indicação de título) - dr. Manuel Esteves, psiquiatra b) O Serviço de Psicologia no Hospital Distrital de Chaves: princípios organizativos e práticas clínicas - dr.ª Eugénia Dias, dr. Eduardo Castro e dr.ª Ana Freire, psicólogos.

15H00 – Pausa para café

15H15 – As respostas públicas – Moderador: sr. Patuleia Mendes, presidente da Direcção Nacional da ADFA. Comunicações: a) Soluções jurídico-legais – dr.ª Manuela Santos, jurista b) Rede Nacional de Apoio – representação a designar pelo Ministério da Defesa Nacional. Debate.

17H00 – Conclusões e encerramento. Objectivos: Divulgar a realidade do pós stress traumático; dar a conhecer respostas adequadas e divulgar o funcionamento da Rede Nacional de Apoio ao pós stress traumático de guerra.

Destinatários: Técnicos superiores de saúde e alunos das licenciaturas de enfermagem, medicina, psicologia e serviço social. Responsáveis de entidades e organizações ligadas aos serviços de saúde e segurança social.

Organização: Associação dos Deficientes das Forças Armadas/ADFA (Núcleo de Chaves/Del. Porto)

Patrocínios: Hospital Distrital de Chaves. Câmara Municipal de Chaves

Operador em acção

GRC9

INTERACTIVA E DIDÁCTICA Exposição de grande sucesso

Conforme ELO anunciou, decorreu de 10 a 15 de Outubro passado, no Auditório Jorge Maurício da Sede nacional da ADFA, uma exposição de material de comunicação militar utilizado nas 3 frentes de África durante a guerra colonial, dos colecionadores João Freitas, Luís Fernando e Pedro Franco, este último associado da casa.

Se bem que os mais reconhecidos pelos ex-combatentes, não necessariamente só os especialistas em transmissões, tenham sido talvez o AN/GRC9, o AN/PRC10 e o Racal TR28, outros despertaram a atenção, especialmente aos que os tinham habitualmente que manejar, vários tendo sido os que pela exposição passaram, detendo-se em "saudosas" conversas com os anfitriões.

Desde ex-combatentes a militares no activo, mesmo alunos de escolas, foram ainda bastantes as pessoas que passaram pelo local, a todos, muito principalmente aos últimos, sendo dadas informações e prestados esclarecimentos, sempre com enorme simpatia dos expositores.

Talvez noutra altura se possa repetir o evento, numa organização que englobe, que nesse sentido se manifestaram vários visitantes, uma conferência/debate com diversos especialistas.

Jeep

Telefone Campanha

Pormenor de Jeep

Racal TR28

Lança Keylighter

MG42

Notícias

REHACARE International

Terminada já em Düsseldorf, Alemanha, a tradicional REHACARE International, que este ano decorreu de 12 a 15 de Outubro, uma das conclusões que tiraram os especialistas foi a de que as pessoas que necessitam de ajudas e apoios especiais estão dispostas a investir para melhorar a sua qualidade da vida.

Equipamentos e artigos de apoio inteligentes e de alta qualidade, estiveram na mira dos 49.500 profissionais, utentes e a suas famílias (em 2004 tinham sido 49887), que visitaram esta feira/mercado internacional que apresenta o espectro mais completo de opções na reabilitação e nas ajudas.

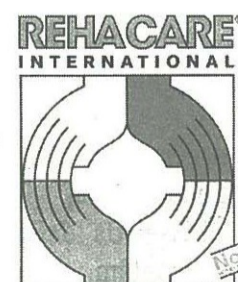
Oriundas de 31 países, 853 empresas expositoras estiveram em palco com os seus produtos e serviços inovadores. Embora Portugal não estivesse representado directamente por nenhum pavilhão, esteve presente pelo



menos num de uma multinacional. Entretanto, a título pessoal ou em

representação de empresas, organizações e entidades oficiais, vários foram

novo em Düsseldorf, de 18 a 21 de Outubro de 2006.



os profissionais que ali se deslocaram no sentido da sua actualização e de contactarem com as mais recentes ofertas neste importante sector, nomeadamente, por parte do CRPG, uma sua colaboradora do Serviço de Ajudas Técnicas

A próxima REHACARE realizar-se-á, de novo em Düsseldorf, de 18 a 21 de Outubro de 2006.



SECRETÁRIO ESTADO DA DEFESA NACIONAL EM CONVERSA COM O ELO

"Temos sempre em mente os deficientes das Forças Armadas"

Em visita à ADFA (ver notícia na página seguinte) o secretário de Estado da Defesa Nacional à ADFA, o Dr. Manuel Lobo Antunes disponibilizou-se para a seguinte conversa com o nosso jornal, à qual não quisemos tirar alguma da sua espontaneidade:

ELO – Sempre que ADFA tem colocado perguntas junta das várias entidades, quer sejam o ministro da Defesa, o primeiro-ministro ou a Assembleia da República, tem-lhe sempre sido garantido que os direitos dos DFA não seriam tocados, até pelo seu espírito indemnizatório. Essa filosofia é para manter?

SEDN – Com certeza! O senhor ministro, e eu próprio, temo-lo reafirmado em todas as acções que tomamos, quer seja em novas iniciativas quer seja na consolidação de decisões já tomadas ou em transformações e reformas que se vão fazendo e que são necessárias.

Temos sempre em mente os deficientes das Forças Armadas, a sua associação e os seus representantes, sendo essa preocupação constante. Como digo, em todas as medidas, em todas as iniciativas, não deixamos de ter em conta os interesses e as preocupações dos deficientes das Forças Armadas e da ADFA. Isso é absolutamente indissociável e isso reafirmo-o hoje aqui sem qualquer dúvida.

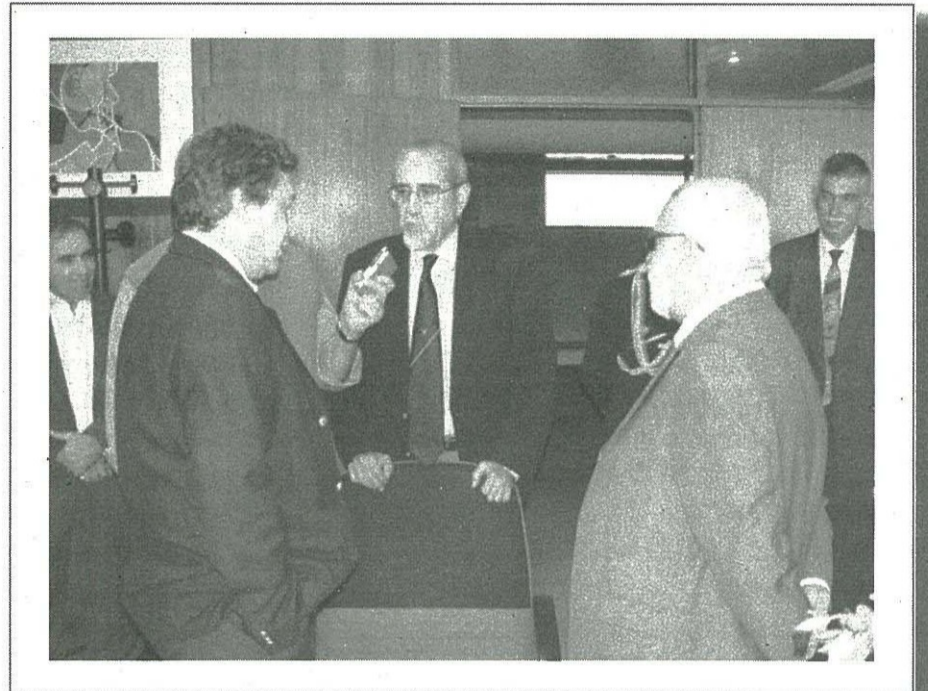
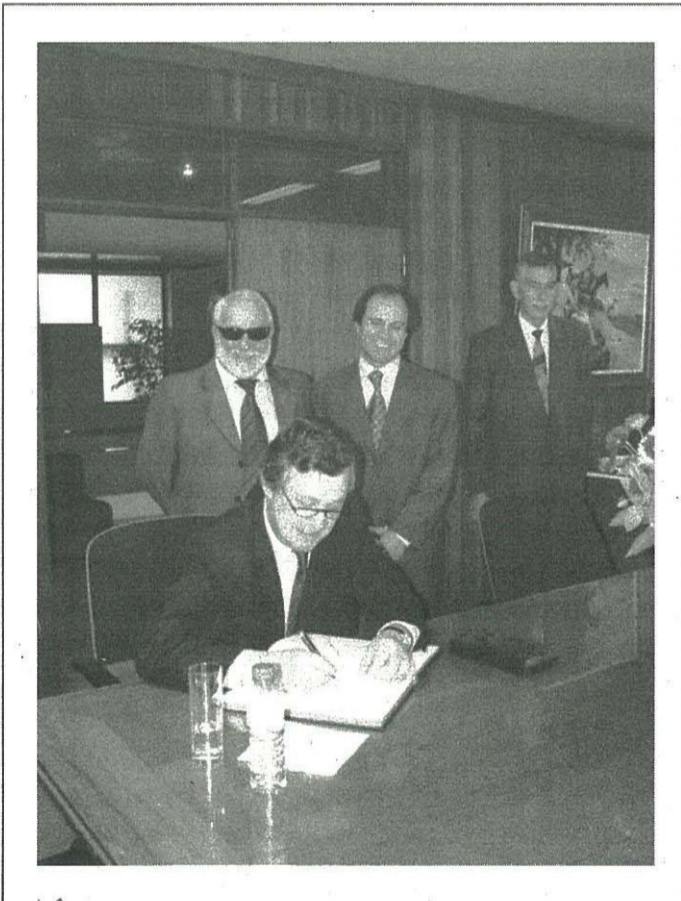
ELO – Os deficientes das Forças Armadas têm, por assim dizer, duas vertentes: por um lado são exactamente isso, DFAs, cujos direitos com agrado vemos reafirmados; por outro lado têm também uma faceta puramente militar, pertencem assim à família militar, cujo destino estão condenados a acompanhar. E põe-se então a questão das ADM's e as que derivam da sua fusão. A dúvida que levantamos, sabendo que há uma aceitação quanto aos princípios dessa fusão, diz respeito ao direito de opção das famílias, e não só. Explicando melhor: muitos dos DFAs, até dentro de uma política geral de reabilitação e reintegração, traba-

ham, estando também sujeitos ao regime geral, inseridos no esquema normal de previdência, assim como também muitas das esposas. Agora com a fusão, e a questão da opção, ou há uma divisão, completa e absoluta, entre o apoio sanitário e os restantes apoios, ou então está-se a dar com uma mão o que se vai tirar com a outra. Concretamente: quando a pessoa, na prática, se vir impedida de optar pela que lhe der direitos, na realidade não lhe estão a dar grandes benesses?...

SEDN – A lei actual estabelece princípios gerais quando pretende juntar num único sistema os três sub-sistemas existentes, estabelecendo princípios quanto a participações e com-

de. Foi também por isso que nos batemos para que haja, e continue a existir, o sub-sistema de saúde para os

1983, está lá esclarecido que não constituem seus encargos os relacionados com doenças profissionais ou



militares, reconhecendo-lhe especificidades próprias, que têm que ser vistas e previstas na lei.

É essa a filosofia que nos rege. Reformar, aproximar e racionalizar, naturalmente tendo em conta valores, princípios e condições que, no nosso ponto de vista, têm que ser respeitados, porque específicos.

ELO – O diploma que agora saiu comete à nova ADM os encargos da saúde relacionados com acidentes ou doenças profissionais. Do antecedente havia uma separação nítida das águas, ou seja, aquilo que eram encargos com deficientes das forças armadas – gratuitos, porque indemnizatórios –, eram prestados normalmente nos hospitais

adquiridas em serviço. E agora aparece este artigo (8.º do DL 167/2005) que vai em sentido contrário, o que é preocupante, porque aquele é um princípio que não deve ser quebrado, já que são duas coisas distintas: uma é aquilo que é indemnizatório, outra é a que é assistência normal, social, à família militar.

SEDN – Não tenho preciso o artigo em questão, mas parece-me que não foi essa a solução adoptada. Um dos nossos cuidados foi exactamente salvaguardar essa preocupação, sendo um dos pontos para que no futuro temos que olhar. Não creio, realmente, que tenha sido essa a interpretação dada. De qualquer maneira irei ver.



tribuições, mas também prevendo várias portarias e regulamentações. Naturalmente que esses documentos, quando para a concretização, na prática, desses mesmos princípios gerais, irão ter em consideração preocupações e dúvidas suscitadas quanto à sua aplicação. Tomo nota da questão que me é posta, e iremos reflectir sobre ela e tê-la em consideração na regulamentação que há que fazer. De qualquer maneira a questão não é propriamente a de retirar direitos; é uma situação muito complicada, no ponto de vista financeiro e orçamental, e naturalmente há que encontrar soluções equilibradas que possam, de alguma forma, responder às dificuldades que temos, mas de forma também a que essas reformas possam ser suportáveis e aceitáveis pelo conjunto da comunidade

militares, mas não só; depois tínhamos a parte decorrente da família militar. Se tomarmos como referência a ADSE, no seu estatuto inicial ou no já revisto de

ELO – Resta-nos então a esperança de que na reabilitação esse aspecto seja ressaltado, porque se a questão for meramente contabilística, cometer

as Armadas...

essa tarefa à ADM é uma coisa; meter no mesmo saco as duas coisas é que nos parece francamente de recusar

SEDN – Há uma preocupação de racionalizar, de ser mais eficiente e coerente face a uma situação financeira que é conhecida. No entanto,

ELO – Muitos dos nossos leitores, ex-combatentes e não necessariamente só DFAs, têm-nos manifestado a sua apreensão sobre a continuação dos suplemento de reforma, havendo mesmo a ideia em alguns de que o correspondente a 2004 não foi total-

dos e todos os compromissos assumidos quanto a esta questão são para serem cumpridos.

Terminada a nossa "conversa", propriamente dita, quer o director do ELO, quer os associados José Arruda e Manuel Lopes Dias, não quiseram deixar de expressar ao dr. Manuel Lobo Antunes a grande importância que se dá à reactivação do CCADFA, e também a grande esperança que nele se deposita, como lugar privilegiado de diálogo para abordar devidamente os problemas que afligem os deficientes militares, nomeadamente os levantados mais recentemente pelo DL 134/97, "que muitos DFA não compreendem na sua génese e de que muitos sofrem as consequências, já que veio, praticamente, liquidar o espírito igualitário que presidia ao DL 43/76", assim como os ainda não resolvidos de campanha/serviço, "nós conhecemos situações totalmente idênticas em que, por assim dizer, o que caiu para um lado foi considerado campanha, ao que caiu para o outro saiu-lhe serviço. E custa, aos primeiros, sabendo do facto, olhar os seus outros camaradas; não se sentem bem"...

Depois de mostrar a sua satisfação pelo alto valor dado à reactivação do CCADFA, acrescentaria ainda o secretário de Estado que, realmente, chegados ao Governo em Abril, entre as várias questões que haviam sido postas pela direcção da ADFA, algumas já haviam sido analisadas e mesmo resolvidas, como exactamente o caso

do Conselho Consultivo, que se espera reavivado e a funcionar de uma forma serena, terminando: "outros aspectos estão também a ser equacionados e desenvolvidos a contento da ADFA e das outras associações. Há outras sugestões, outras propostas, outras preocupações para que também temos que olhar de forma gradual; estamos há 6 meses, não podemos resolver tudo de uma vez só, sobretudo questões que estão em aberto há muitos anos. A nossa intenção é continuar a olhar para essas preocupações, para essas sugestões, para essas propostas e, na medida daquilo que for possível, com as limitações que são conhecidas, ir de encontro a essas vossas preocupações. Temos ainda algum tempo e elas serão vistas nesse contexto. Passo a passo, naturalmente começando por aquelas que aparentemente se mostrem mais fáceis ou que possam ter menos encargos imediatos, no melhor espírito de diálogo e entendimento entre o ministério e a direcção da Associação. Naturalmente às vezes os ritmos de um e de outra não são exactamente os mesmos; às vezes a Associação gostaria que nós fossemos mais rápidos ou que resolvêssemos umas questões primeiro do que outras, mas enfim, nós também temos as nossas prioridades, o nosso tempo, as nossas possibilidades. Mas com diálogo conseguiremos avançar, passo a passo, nalguns desses pontos e isso é o que eu posso prometer.



não se subordina tudo a essa preocupação, e portanto sempre se procurou, e se procurará, salvaguardar aquilo que é essencial. Preocupação de racionalizar, com certeza; tornar mais eficiente, com certeza; evitar duplicações desnecessárias, com certeza; evitar absurdos, com certeza; salvaguardar os princípios essenciais, com certeza!

mente pago. Mas, por outro lado, na página net do MDN passou a estar realçada a informação de que "ainda é possível" a entrega de requerimentos, o que corresponde, segundo pensamos, a ter sido, finalmente, oficializado o seu recebimento e processamento.

SEDN – Desconheço essa situação de não pagamento. Realmente os requerimentos continuam a ser recebi-

...É EM VISITA À ADFA

"Com diálogo conseguiremos, passo a passo... posso prometer"

No passado dia 18 de Outubro visitou a ADFA, fazendo-se acompanhar pelo chefe de Gabinete, Ten.-Coronel Jorge Reis, assessor jurídico, Dr. Gonçalo Botelho de Sousa, e ajudante de campo, Cmdt. Hélder Fialho de Jesus, o secretário de Estado da Defesa Nacional e Assuntos do Mar/SEDN, Dr. Manuel Lobo Antunes.

Recebidos ao portão pelo presidente e 1.º secretário da Direcção Nacional, bem como por representantes da MAGN e do CFN, logo ali houve uma primeira paragem para apreciar o *jeep Willis*, equipado com um rádio AN/GRC9, que aí se encontrava como "montra" para a exposição de rádios militares que decorrerá no auditório Jorge Maurício.

Subindo-se para 1.º andar, e após terem sido apresentados ao SEDN outros elementos directivos presentes, decorreu no gabinete da DN uma reunião em que, para além de uma mensagem de boas vin-

das, Patuleia Mendes apresentou os principais problemas que neste momento os deficientes militares enfrentam, e afligem a sua associação, destacando-se, entre outros, a questão recente com as ADM; a mais antiga, ainda não resolvida, de campanha/serviço; as esquecidas e injustas situações dos furriéis, dos paraquedistas e dos milícias; o funcionamento do CCADFA; o apoio legislativo e social ao stress de guerra; o Lar Militar e, por último mas não menos difícil, a situação financeira da ADFA, agravada não só com as verbas cativas do subsídio governamental (10% em 2004 e 15% em 2005), como também com a falta de reembolso, desde Janeiro de 2004, por parte da ADME.

Em resposta, o SEDN garantiu que o ministério está atento a todas as preocupações, tendo analisado com todo o cuidado todos os pontos que a Direcção Nacional lhe havia apresentado logo após

a tomada de posse, estando já resolvidas algumas, casos do CCADFA, agora reactivados, do stress de guerra, com novo diploma já pronto para assinatura, e da reabertura do prazo para entrega de requerimentos (Lei 9/2002), agora oficializada.

Seguiu-se uma interessada visita às instalações da Sede, tendo-se o Dr. Manuel Lobo Antunes demorado em cada serviço, conversando com todos os funcionários e perguntando pelo seu trabalho.

Subindo-se de novo ao 1.º andar, o secretário de Estado assinou então o Livro de Honra da associação, recebendo das mãos do presidente da DN as medalhas comemorativas da nova sede e oferecendo a este uma placa assinalando a sua visita. Seguiu-se, antes da partida do governante, um ligeiro beberete, ocasião para mais troca de impressões e para o ELO conseguir a conversa que se publica também neste número.



Escrevem os sócios

A união faz a força!

Que vergonha!

Não queria, não quero pensar, de que tudo o que se passou em Leiria não passou apenas de um pequeno tufão que causou algum mau estar no seio de uma organização, de si reconhecida internacionalmente, pelos seus méritos já firmados ao longo de TRINTA E UM ANOS de vivência associativa.

Há, em primeiro lugar, e nesse aspecto gosto de rigor, os Estatutos que têm que ser escrupulosamente respeitados, há que aceitar a vitória e a derrota democraticamente, há que sentir a palavra "REUNIÃO".

Aceito que as opiniões podem divergir de pessoa para pessoa, mas é no local próprio, a AG, com sentido oportuno, com seriedade, que os assuntos devem ser discutidos; que haja civismo, e o sentido de crítica se possa aceitar.

O que se passou a 15 de Outubro extravasa o que é mínimo exigir.

Todos foram camaradas de armas, todos defenderam a mesma bandeira, alguns viram ao seu lado tombar o seu maior amigo. Não façamos, agora que estamos nós também a tombar, mas por outra razão, o peso da idade, que a amizade e o sentido de união se desvaneça por um pequeno tufão, que passou,

podendo os estragos serem reparados, com a boa colaboração de todos.

Isto é como uma árvore em que todos saboreiam a frescura da sua sombra; se lhe cortarmos os ramos e a extensão da sua sombra se desvanece, cada vez menos pode acolher a totalidade daqueles que se querem regalar com a sua frescura.

Escutando opiniões, no final dos trabalhos, verifica-se que a maioria quer uma Organização firme e coesa, que não pode quebrar com um simples vendaval.

Estas minhas palavras são de reflexão para todos, para que seja feita uma análise profunda da vida associativa, tendo que ser cada vez mais que participativos, estando sempre na linha da frente.

Tombar sim, mas com dignidade.

Nesta minha análise está, também, um grande reparo ao Governo deste país, que demora a repor os direitos que são devidos aos DEFICIENTES MILITARES. Talvez que então mais de metade dos problemas existentes se desvaneceriam.

Apenas umas palavras e a terminar: "A UNIAO FAZ A FORÇA"

Júlio Sousa, associado 4971

Opinião

O endividamento

O Banco de Portugal veio levantar a bandeira vermelha às famílias portuguesas devido ao seu elevado grau de endividamento, chamando à atenção para o facto de virem a ter muita dificuldade em pagar os seus empréstimos nos próximos anos.

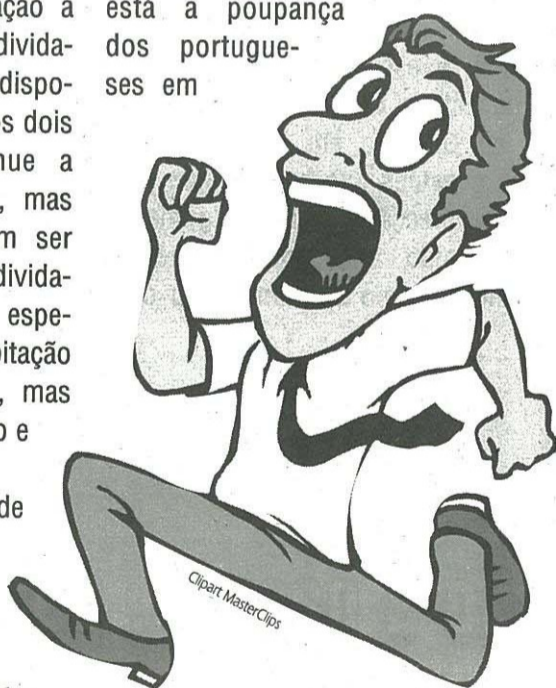
Durante o ano de 2004, a dívida dos portugueses subiu 8% em relação a 2003, representando aquele endividamento 117% do seu rendimento disponível e prevê-se que nos próximos dois anos o endividamento continue a aumentar mais moderadamente, mas com muito mais dificuldade em ser pago. A maior parte deste endividamento é destinado ao consumo, especialmente para a compra de habitação própria, obras, recheio e carro, mas também para festas de casamento e viagens turísticas.

Segundo dados do Banco de Portugal, nos primeiros cinco meses deste ano, o endividamento das administrações públicas locais e regionais, dos subsectores do Estado, serviços, fundos autónomos e fundos da segurança social, aumentou 84% face a igual período do ano passado. Os bancos pedem aos seus congéneres estrangeiros, porque este é o seu negócio, para satisfazer a ânsia dos portugueses pelo empréstimo. Os clubes de futebol estão cheios de dívidas e com muita dificuldade em satisfazer os seus compromissos financeiros mensais. Os autarcas, apesar da dívida da autarquia já ser elevada, querem fazer mais obras para ganhar as eleições.

O país endivida-se porque, no seu todo, produz poucos bens com perfil competitivo no mercado internacional e importa muito do que precisa para satisfazer a expansão da procura inter-

na; o que vende ao estrangeiro não acompanha o aumento do custo das importações, sendo o petróleo um dos maiores factores deste desequilíbrio; assim, torna-se muito difícil compreender este país que está quase em recessão económica.

Em sentido inverso está a poupança dos portugueses em

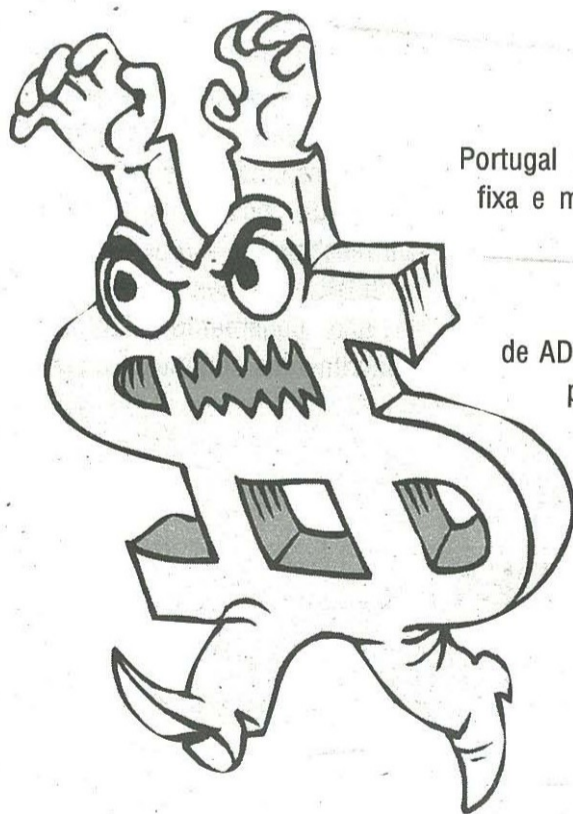


relação ao seu rendimento, ao nível de 1999, pelo simples facto de o consumo aumentar mais rapidamente.

Os cidadãos deste país deixam-se levar pela publicidade na Comunicação Social, particularmente nas televisões, pelo empréstimo fácil dos bancos a baixo juro, que lhes permite a aquisição de uma maior quantidade de bens, designadamente da casa nova, da 2.ª casa, carro, telemóvel, computador, festas ou viagens turísticas, na procura de um estatuto social. Embora a hipótese de comprar casa por X e declarar nas finanças um valor inferior que permite ao vendedor e comprador pagar menos impostos se torne cada vez

mais difícil, os vendedores já estão a inventar novos "golpes" à custa do comprador, nomeadamente a exigência de uma quantia extra em dinheiro para sinal, sem qualquer recibo em troca.

Portugal é um país



que tem ordens baixos e impostos altos, que mais joga no "euromilhões", onde mais casas novas se fazem (85%) e vendem e pouco valor se atribui ao restauro de casas usadas, onde a construção é das mais caras da Europa, particularmente na vizinha Espanha, o que leva muitos portugueses das zonas fronteiriças a comprar casa e a viver no país vizinho. Dos países da União Europeia dos 15 (UE-15) o nosso é aquele onde o total dos empréstimos para a compra de casa mais aumentou nos últimos dez anos, atingindo, em 2003, 49% do produto interno bruto (PIB).

Nos primeiros seis meses deste ano fomos o país da UE-15 com maior subida nas vendas de carros ligeiros de passageiros (34%) relativamente ao mesmo período de 2003. O número de telemóveis já ultrapassou os 10 milhõ-

es e segundo um estudo feito pela Autoridade para a Concorrência, os preços praticados em Portugal nas comunicações da rede fixa e móvel são mais do dobro do melhor preço da UE-15. Também o preço de acesso à internet através de ADSL é cinco vezes superior ao preço mais baixo e 62% mais elevado do que a média dos preços praticados na UE-15, o que ajuda o nosso país a ocupar um dos últimos lugares da lista europeia de acesso à internet através de banda larga.

Mas um quarto da população vive na pobreza, o Banco Alimentar contra a Fome ajuda cada vez mais portugueses e uma percentagem elevada de alunos abandona a escola sem terminar a escolaridade obrigatória. Há uma taxa elevada de desemprego e muitos letrados a pedir novos empregados, mas as pessoas preferem viver com o subsídio de desemprego, sendo aqueles lugares preenchidos por imigrantes.

Somos um país de contrastes, quase sem crescimento há vários anos e sem convergência com a Europa, mas onde os sindicatos apelam a novas greves para conseguir melhores ordenados e mais regalias.

Legislação

Uma vitória

Nem tudo são más notícias, dúvidas e ameaças; recentemente a ADFA foi notificada de uma vitória importante, após uma "batalha" de quase um ano.

Com a publicação da Lei n.º 49/2004, de 24 de Agosto, levantou-se um sério problema para a ADFA. Esta lei trata da regulamentação dos actos próprios dos advogados e solicitadores, ou seja, de definir quem pode executar tais actos e em que condições. Esta lei impõe a proibição desta actividade fora dos escritórios dos advogados, com excepção dos sindicatos, associações profissionais e entidades sem fins lucrativos e que tenham estatuto de utilidade pública. Na prática, interdita aos advogados das empresas tratar de outras questões que não sejam as das próprias empresas, não podendo tratar, por exemplo, dos casos dos empregados.

Não podia naturalmente a ADFA deixar de reagir a esta situação, e enviou em 10/DEZ/04 uma exposição ao Primeiro-Ministro, acompanhada do que se julgou ser a documentação necessária, como registos, despacho de utilida-

de pública (DR n.º 114 - II série de 19/5/81), estatutos, etc., solicitando autorização para a prática de actos próprios dos advogados ou solicitadores. Isto apesar de algumas vozes internas se terem pronunciado no sentido de a Lei não se aplicar à ADFA.

O desenrolar do processo foi algo insólito, porquanto vieram duas respostas diferentes: uma do Gabinete do Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro e outra do Secretário-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (SG/PCM). Como esta última levantou algumas questões, inclusive sobre a manutenção da utilidade pública, foram prestados os devidos esclarecimentos por ofício de 8/3/04.

Entretanto a Ordem dos Advogados (OA), por carta de 28/3/05, levantou a questão de saber se o apoio jurídico se destinava apenas a assuntos comuns a todos os associados (i. e., deficiência de militares) e fazia depender a sua autorização do esclarecimento dessas questões. Diga-se, de passagem, que o tom da carta era de rejeição do pedido.

Em 24/5/05 a SG/GPM solicitou que o envio de documentação e esclarecimentos fossem directamente remetidos à OA.

Assim se fez por ofício de 1/6/05, remetendo todas as informações e esclarecimentos pedidos.

Veio agora a OA enviar à ADFA, por sua carta de 14/10/05, um Parecer Complementar do seu Conselho Geral, aprovado em sessão de 4/10/05, em que é dada razão à nossa Associação. Concretamente, é reconhecido à ADFA, "a autorização para a prática, através de advogado, advogado estagiário ou de solicitador, dos seguintes actos próprios dos advogados e dos solicitadores, exclusivamente em matérias que tenham relação com a deficiência adquirida durante a prestação do serviço militar e assegurados a independência e sigilo na relação com os associados e com o respeito escrupuloso do Estatuto da Ordem dos Advogados:

- Consultas;
- Acompanhamento de processos administrativos;
- No âmbito do acompanhamento, sempre que haja lugar à audiência dos

interessados, o advogado prepara e elaborada esta;

- Impugnação administrativa;
- Acção administrativa especial; e
- Estudo de legislação e pareceres sobre esta para a Direcção Nacional da ADFA."

Em suma, foi-nos reconhecido o direito de continuar a fazer o que sempre fizemos: apoiar juridicamente os associados. E isto nos exactos termos em que foram feitas as nossas exposições.

Para além da natural satisfação por este objectivo alcançado, há que salientar dois pontos fundamentais. O primeiro é o excelente trabalho das nossas advogadas na elaboração das exposições e acompanhamento de todo o processo, com especial destaque para a dra. Helena Afonso, principal redactora de todos os documentos. O segundo é o capital de boa imagem que a ADFA tem na Ordem dos Advogados, que decerto pesou na decisão tomada e que é importante manter.

N. Sta. C.

Orçamento do Estado para 2006

No passado dia 17 foi entregue na Assembleia da República a proposta de Orçamento do Estado para o ano de 2006.

No que tange ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS e aos pensionistas em geral, nos quais se incluem os deficientes, esta proposta prevê a alteração ao artigo 53.º, de acordo com a redacção seguinte:

Pensões

"1 - Aos rendimentos brutos da categoria H de valor anual igual ou inferior a 7500 deduz-se, até à sua concorrência, a totalidade do seu quantitativo por cada titular que os tenha auferido.

2 - (...). 3 - (...). 4 - (...).

5 - Os rendimentos brutos da categoria H de valor anual superior a 40000, por titular, têm uma dedução

igual ao montante referido nos n.ºs 1 ou 3, consoante os casos, abatido, até à sua concorrência, de 20% da parte que exceda aquele valor anual.

6 - (Revogado).

7 - (...)."

Para que os associados melhor apreendam o conteúdo deste artigo, transcreve-se a sua redacção actual:

1 - Aos rendimentos brutos da categoria H de valor anual igual ou inferior a 8283 deduz-se, até à sua concorrência, a totalidade do seu quantitativo por cada titular que os tenha auferido.

2 - Se o rendimento anual, por titular, for superior ao valor referido no número anterior, a dedução é igual ao montante nele fixado.

3 - O limite previsto no n.º 1 é elevado em 30% quando se trate de titular

cujo grau de invalidez permanente, devidamente comprovado pela entidade competente, seja igual ou superior a 60%.

4 - Aos rendimentos brutos da categoria H são deduzidas as quotizações sindicais, na parte em que não constituam contrapartida de benefícios relativos à saúde, educação, apoio à terceira idade, habitação, seguros ou segurança social e desde que não excedam, em relação a cada sujeito passivo, 1% do rendimento bruto desta categoria, sendo acrescidas de 50%.

5 - Para rendimentos anuais, por titular, de valor anual superior ao vencimento base anualizado do cargo de primeiro-ministro, a dedução é igual ao valor referido nos n.ºs 1 ou 3, consoante os casos, abatido, até à sua conco-

rência, da parte que excede aquele vencimento.

6 - Para efeitos do disposto no número anterior, o vencimento base anualizado integra os subsídios de férias e de Natal.

7 - Excluem-se do disposto no n.º 1 as rendas temporárias e vitalícias que não se destinem ao pagamento de pensões enquadráveis nas alíneas a), b) ou c) do n.º 1 do artigo 11.º"

Quanto ao Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), em matéria relativa aos deficientes, o artigo 16.º não sofre qualquer alteração.

Como de início de referiu, trata-se da proposta de Orçamento do Estado para o ano de 2006, e como tal pode sofrer alterações.

Helena Afonso

DIA 1

Ex e actuais radaristas da Armada - 3.ª confraternização de radaristas e ex-radaristas da Armada, e seus familiares, em Vale Milhaços, Seixal. Contactos - Fontes: 21 085 59 32 ou Sousa Leitão: 93 445 13 36

DIA 3 - BCAF. 4812 - (MOÇAMBIQUE 1973/74)

Convívio em Ponta Delgada, São Miguel. Contacto - Cavaco: 91 986 25 47

Ponto de Encontro

"No reencontro periódico de ex-combatentes, a par do forte sentimento/memória que os une em torno de um período marcante das suas vidas, e certamente das dos seus próximos, a reafirmação de uma solidariedade que ainda é a força de uma geração."

DIA 10

BCAÇ. 4911 - (ANGOLA 1973/75)

Convívio em Monte Real, Leiria (EM 109). Contactos - Carlos Soares "Voluntário": 24 461 16 65 e 91 969 48 05 ou Albano: 93 364 37 69

Visite o nosso

Museu da Guerra Colonial

em Vila Nova de Famalicão



...em casa

Mantenha as quotas em dia!

Qualquer irregularidade no recebimento, contactar delegações ou sede nacional



Episódios de guerra O medo

Tenho medo. À minha volta encontram-se dezenas de militares até à patente de capitão; todos têm medo. Talvez os generais não tenham medo. Devem ter deixado de ter medo quando ascenderam a uma patente que lhes garantiu um lugar seguro longe da guerra.

Nem todos temos medo da mesma maneira, há medos simples e medos complicados. O alferes Santos tem medo na barriga, é um medo muito simples e purgante, que o obriga a passar metade desta guerra de cócoras. O furriel Ribeiro tem um medo complicado que lhe convoca a inspiração mesmo debaixo de fogo e ele puxa do bloco de notas onde rabisca, sei lá o quê, talvez um poema. O furriel Silva tem um medo ainda mais complicado, dá as ordens aos soldados num tom de voz tão pouco impositivo que eles demoram o tempo suficiente para ele argumentar que se trata de um motim, na esperança de lhes poder endossar o ónus do seu próprio medo. O cabo Nunes tem um medo tão complicado que parece coragem, afirma o seu patriotismo e descobre motivações para a guerra em que nem ele acredita, só para que as suas próprias palavras o encorajem. E eu, eu tenho um medo primitivo; um medo que aperta o estômago, aumenta o pulso e aguça os sentidos; um medo que me acelera a mente e me dá uma lucidez que parece abrandar o mundo à minha volta, de tal modo, que as mais efémeras insignificâncias ganham a intensidade de uma tragédia grega; um medo de presa acuada e de predador em cativeiro.

"Meu filho, se vais fazer algo errado, ao menos que esteja de acordo com a tua consciência".

— Tenho medo, pai, porque não consigo encontrar nada aqui de acordo com a minha consciência. Tenho medo, porque decidi desertar, e agora, cada dia que passo nesta guerra é um dia extranumerário, um bônus que ofereço à má fortuna. Tenho medo, sobretudo, porque passei a ter uma única causa, a simples e primitiva causa comum a qualquer ser vivo: a causa da sobrevivência. E desertar no meio desta selva é mais perigoso ainda do que garantir a vida com uma arma na mão.

Avançamos como se caminhar fosse um jogo. É um jogo em que o único prémio é ter direito a dar mais um passo e em que no próximo passo, perder é, no mínimo, perder as pernas. Dou por mim a tentar calcular as probabilidades de uma mina escapar aos picadores, aos detectores de metais e às dez botas que pisam o chão antes das minhas e a probabilidade de vencer cada lance desta roleta-russa é assustadoramente baixa.

O cabo Lemos tombou à minha frente há poucas horas e cada vez que um de nós é abatido o medo aumenta, porque somos confrontados com o nosso verdadeiro valor de peças descartáveis. Temos o valor de rezes para abate. É como se a guerra não tivesse outro propósito que



emular-nos à mesquinha sanha dos deuses.

A coluna que vem de Omar ao nosso encontro fez alto. Alguns soldados montam segurança aos flancos de ambas as colunas enquanto outros perscrutam cada centímetro quadrado do terreno entre elas, com os detectores de metais e as picas de bambu, para que nenhuma mina escape. Eu ponho a G3 ao ombro e puxo de um Caravela que acendo enquanto admiro a singularidade do lugar a que ninguém parece dar atenção.

O céu quase limpo e luminoso acentua as leves cintilações da luz nas folhas — dignas do pincel impressionista de Monet, a que Van Gogh tivesse acrescentado dissonantes pinceladas de um pesado expressionismo nos vultos toscos dos soldados, com os seus camuflados sarapintados e sujos. Se se ouvisse uma música seria seguramente Debussy.

Os soldados de ambas as colunas inter cruzam-se, cumprimentam-se. Amigos que os caprichos da guerra juntam e separam. De arma ao ombro e descontraídos, confiantes no chão seguro que já foi varrido pelos picadores e que mil botas já calcaram, aumentando

confortavelmente as probabilidades de sobrevivência. Eu sou apenas um deles, nada há em mim que me distinga do conjunto, que a má fortuna eleja; uma pincelada apenas entre outras pinceladas — de Van Gogh, num quadro de Monet, a que falta o piano de Debussy.

Sigo embevecido com a paisagem e confiante na lei das probabilidades...

...Sob os meus pés o chão estourou como as águas mansas de um lago subitamente estil-

haçadas por um monstro enraivecido, que só os mais insanos delírios da mente humana podem imaginar.

Nada ficou na minha mente dos instantes que se seguiram em que deixei de existir. Apenas o abismo negro e vazio em que implodiu todo o meu ser, apenas o tenebroso conhecimento da morte iminente; o medo dos medos: o medo da não-existência, tão esmagador que nem o pior pesadelo pode antecipar, para nos ir preparando para horrenda visão do seu rosto, um pesadelo que tivesse a meritória função de ir preparando um homem para enfrentar o apocalíptico rosto do medo absoluto.

M.C. Bastos, associado 1312

Associados falecidos



António Manuel Oliveira Martins

Associado n.º 614

52 anos

Faleceu no dia 27/07/04

Serviu em Angola, na CCac. 3871.



Albino de Azevedo Oliveira

Associado n.º 5452

60 anos

Faleceu no dia 23/06/05

Residia na Rua Fonte, Maias, Modiva. Serviu na Guiné, na CCac. 6.



Adelino dos Santos Cabral

Associado n.º 10063

59 anos

Faleceu no dia 8/09/05

Residia na Av. Dom Luís I, 14A, 9.º A, Alfragide. Deixou viúva Maria Teresa Almeida Jorge Cabral. Serviu em Angola, no CIC.



Manuel António Filipe

Associado n.º 7855

87 anos

Faleceu no dia 24/09/05

Residia na Rua dos Olivais 12, Tinalhas, Castelo Branco. Acidente em serviço na Metrópole, Castelo Branco.



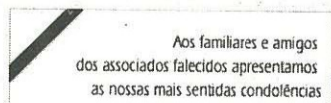
Filomena Gonçalves

Associada n.º 14777

81 anos

Faleceu no dia 5/10/05

Residia na Travessa do Pastel n.º 10, Câmara de Lobos, Madeira. Pensionista de preço de sangue por seu filho João Andrade Júnior, falecido em 5/01/72, em Angola, pertencendo à CCac. 3411.



Nota: a notícia do falecimento de qualquer associado só é dada no ELO aquando confirmação do óbito pela família, razão de algumas muito atrasadas

NOVOS ASSOCIADOS

Dando cumprimento ao estipulado no n.º 4, do Art.º 8, dos Estatutos da ADFA, publica-se a relação dos candidatos a sócios efectivos

António Almeida Domingos

Carlos Francisco da Silva Pronto

Edgar Pedro da Silva

João Filipe de Oliveira Nunes da Silva

Joaquim Luís Marques

Joaquim Sebastião Pereira Laurentino

José António Nunes

Luis Manuel Vicente Correia

Manuel João de Jesus Gonçalves

Roberto Filipe Machemba



PROPRIEDADE E EDIÇÃO: Associação dos Deficientes das Forças Armadas - ADFA
Pessoa Colectiva n.º 500032246

Email: jomal.elo@adfa.portugal.com

Internet: http://www.adfa-portugal.com

DIRECÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, EDIÇÃO E REDACÇÃO: Av. Padre Cruz - Edifício ADFA - 1600-560 LISBOA

Telefone: 21 751 26 00 / 21 751 26 01 / 21 751 26 09

Fax: 21 751 26 10

DIRECÇÃO NACIONAL DA ADFA/ADMINISTRAÇÃO: Patuleia Mendes, Artur Vilares, Mano Póvoas, Santa Clara Gomes, Sérgio Azougado, José Pavoeiro, Armando Matias

DIRECTOR: Fernando Cardoso

CONSELHO DE COLABORADORES PERMANENTES: Capela Gordo, Lopes Dias, Nuno Almeida

REDACÇÃO: José Manuel Sande (redactor principal), Farinho Lopes (fotojornalista) - C. Profissional 6234, Elisabete Couto (secretariada)

COLABORADORES HABITUAIS: Abel Fortuna, Helena Afonso, António Carreiro, José Maia, Nuno Santa Clara.

CORRESPONDENTES: Leite Domingues (Açores), Domingos Seca (Bragança), João Carmona (Castelo Branco), Soles Girão (Coimbra), Manuel Branco (Évora), Anquises Carvalho (Famalicão), Nicolau Rufino (Faro), Armando Costa (Madeira), Abel Fortuna (Porto), José Faria (Setúbal), João Gonçalves (Viseu)

ILUSTRAÇÕES: Nuno Santa Clara.

ASSINATURAS E PUBLICIDADE: Elisabete Couto, tel. 21 751 2632.

CONCEPÇÃO GRÁFICA - Grafismo/Maquetagem/Paginação:

Sónia Gomes da Silva

PRE-IMPRESSÃO Edimpresa, Rua Calvet Magalhães, 242, Laveiras, 2770-022 Paço de Arcos, Tel: 21 469 87 00

IMPRESSÃO: Imprejournal - Sociedade de Impressão, SA Av. Infante D. Henrique, 334 - 1990 Lisboa - Tel. 21 851 2188. Registo da

Publicação no ICS: 105068/77 Depósito Legal: 99595/96

ASSINATURA ANUAL: €7,00. Tiragem deste número 9000 ex.

Os textos assinados não reproduzem necessariamente as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores, assim como é da responsabilidade das direcções das Delegações o conteúdo dos respectivos espaços.

Analizando o DL 167/2005

A publicação do decreto-lei n.º 167/2005, de 23 de Setembro, não veio dissipar as dúvidas da ADFA quanto à salvaguarda de direitos em termos de assistência na doença. Pelo contrário, não só prevaleceram quase todas, como surgiram outras.

Não estão em causa, directamente, os direitos consignados no DL 43/76 e diplomas subsequentes. Mas as intenções manifestadas pelo Governo no DL 167/2005 inquietam, não só pelo que pode reservar a nova ADM, como certos reflexos e "ricochetes" da lei. Estas preocupações foram já objecto de exposição ao Governo que, transcrita agora neste ELO, já foi difundida às delegações e apresentada de viva voz ao secretário de Estado da Defesa Nacional aquando da sua recente visita à Sede nacional, o que nesta edição também se trata.

Inquieta sobremaneira que no n.º 2 do seu art.º 8.º se diga que a responsabilidade das despesas com acidentados em serviço ou doenças profissionais seja da ADM, quando até no n.º 2 do art.º 43.º do DL n.º 118/83 se diz que não são abrangidos estes custos pelos benefícios da ADSE. Onde está a "convergência"? E onde está o princípio da responsabilidade directa do Estado quanto aos seus agentes? O direito de indemnização e de reparação não pode andar ao sabor dos orçamentos e das tabelas de comparticipações!

Inquieta a obrigatoriedade de opção por um sub-sistema porque, se não for salvaguardada a separação do apoio social do apoio de saúde, ninguém beneficiário do regime geral poderá optar pela ADM.

Inquieta que quem foi arredado de se inscrever nos SSFA, agora IASFA, se possa ver obrigado a fazê-lo, apenas para descontar para aquilo a já tinha direito.

Entre estas e outras inquietações, registre-se ao menos a reactivação (ou ressurreição?) do Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas (CCADFA), ignorado pelo anterior Governo e que o actual em boa hora decidiu reactivar, conforme foi anunciado no nosso anterior número.

Relembrando que o texto do DL 167/2005 foi publicado no ELO passado, transcreve-se seguidamente o memorando enviado pela Direcção Nacional, em meados de Outubro, ao ministro da Defesa Nacional

"Face à publicação do Decreto-lei n.º 167/2005, de 23 de Setembro, que unifica a assistência na doença aos militares das Forças Armadas, mantêm-se naturalmente as opiniões já expressas pela ADFA.

Convém ressaltar algumas questões de princípio, já anteriormente formuladas, mas cuja importância obriga a nova referência, no sentido da sua eventual e desejável fixação na regulamentação daquele diploma, a qual se encontra em fase de estudo.

Primeiro, sublinhar que a legislação agora em análise para ulterior aprovação e publicação não se aplica ao tratamento das sequelas dos ferimentos ou doenças contraídos em serviço ou campanha, que estão cobertos por legislação própria, mormente pelo decreto-lei n.º 43/76 de 20 de Janeiro e diplomas subsequentes. Estes tratamentos são encargos integrais do Estado, como reparação devida pelos sacrifícios ao serviço da Pátria, e decorrentes do sistema de auto seguro que tem marcado a prática do Estado em matéria de responsabilidades. Como tem sido diversas vezes lembrado, o direito ao tratamento médico, medicamentoso, protésico, e outros decorrentes de deficiências contraídas ao serviço da Pátria, corre através dos serviços de saúde militares, ou seja, pela área da Logística, enquanto os restantes encargos com a saúde correrão, segundo a nova filosofia, pela ADM, integrada no IASFA.

Aliás, o decreto-lei n.º 118/83, de 25Fev, que fez o reordenamento da ADSE, estabelece no n.º 2 do art. 43.º que não são abrangidos pelo esquema de benefícios da ADSE os cuidados de saúde prestados em resultado de acidente ou doença profissional. Estamos portanto dentro da mesma filosofia de auto-seguro do Estado.

Em segundo lugar, reafirmar que os deficientes militares têm vindo a ser considerados membros integrantes da "envolvente militar" e assim pretendem continuar, pelo que não só reiteram o seu empenhamento nos assuntos ligados à ADM, como se solidarizam com as posições justas e ponderadas que têm vindo a ser tomadas pelas classes militares, designadamente pela sua Hierarquia.

Por fim, a ADFA dá o seu acordo de princípio à fusão das ADM's, como forma de reduzir custos e preservar direitos já adquiridos e garantidos.

Ainda antes de passar à análise do documento apresentado, e um pouco à margem do assunto em causa, não nos eximimos a considerar que:

– Os próprios serviços de saúde militar, dependentes da Logística dos Ramos, designadamente os hospitalares, deveriam tender também para uma concentração, fusão e uniformização de estruturas e procedimentos visando a constituição de serviços únicos das Forças Armadas. em vez de

ter um serviço de saúde em cada Ramo.

– Com esta unificação, rentabilizar-se-iam custos e beneficiar-se-iam qualitativa e quantitativamente as prestações, no sentido da maior eficiência e eficácia, que muito beneficiariam os militares e familiares utentes, e manifesta vantagem para o erário público.

– Decorrente desta solução estaria o factor de aplicação de justiça, quanto ao nível geral e âmbito específico da avaliação da patologia do stress pós traumático, com a criação de juntas hospitalares de inspecção únicas que avaliassem os militares oriundos da Armada, do Exército ou da Força Aérea.

Postas estas questões de princípio, passamos a comentar o articulado do projecto.

Art.º 1.º - Nada a referir.

Art.º 2.º - Nada a referir.

Art.º 3.º - Nada a referir.

Art.º 4.º - No n.º 1 deste artigo diz-se que devem inscrever-se como beneficiários da ADM os DFA, beneficiários de pensão de invalidez e GDSen, princípio com o qual a ADFA está de acordo. Porém, com a nova forma de financiamento prevista no art.º 12.º e seguintes, haverá que acautelar as situações deste pessoal, como se verá adiante.

Complementarmente, parece-nos subsistir uma lacuna profunda, no que se refere à não inclusão no universo dos beneficiários dos titulares de pensões de sobrevivência, cuja situação se encontra acolhida no Estatuto das Pensões de Sobrevivência, aprovado pelo Decreto Lei n.º 142/73 de 31 de Março, e protegidas pelo direito de transmissibilidade de pensão consagrado no artigo 7.º do Decreto Lei n.º 240/98 de 07 de Agosto.

Art.º 5.º - Outra situação redutora, vincada no seu n.º 3, corresponde à exclusão clara do benefício à inscrição na ADM por parte dos beneficiários familiares ou equiparados, titulares de outros sistemas de saúde, o que nos parece perfeitamente discriminatório, já porque nem sequer faculta um mero direito de opção por parte dos visados, já porque se torna potencialmente injusto, tendo em conta os seus efeitos práticos.

Entende-se que a salvaguarda clara destes actuais beneficiários deve ficar claramente consagrada em sede de regulamentação, o que parece corresponder a compromisso público de Sua Excelência o Primeiro-ministro.

De outra forma não se entenderia o injusto abandono do apoio de saúde militar. designadamente às mulheres

acompanhantes de grandes deficientes militares, com incapacidades superiores a 90%, numa relação afectiva de companhia e de apoio sanitário, substituindo-se às responsabilidades do Estado e dispensando ou retardando em muito a necessidade de acolhimento dos seus maridos em estabelecimento de residência protegida.

De qualquer forma, não pode, no direito de opção nesta área da saúde, deixar de ficar clara e transparentemente estabelecido que os deficientes militares beneficiários da Segurança Social, continuarão a ser abrangidos pelo direito há pensão de reforma, aos subsídios de baixa, desemprego, doença e outros, que têm de ser considerados independentemente da cobertura na área da saúde. Caso contrário, o direito de opção deixa de ter viabilidade prática, porquanto os DFA e familiares que optassem pela ADM deixariam de estar protegidos no caso das situações de baixa, desemprego e outras.

Art.º 6.º - Nada a referir.

Art.º 7.º - Nada a referir.

Art.º 8.º - O disposto no n.º 2 deste artigo contraria frontalmente, quer a legislação em vigor sobre as entidades responsáveis pelas despesas de saúde com os acidentados ou doentes em serviço (nomeadamente o DL n.º 43/76), quer o estabelecido para a ADSE sobre o mesmo assunto, como atrás se referiu (n.º 2 do art.º 43.º do DL 118/83).

Ao cometer à ADM as despesas decorrentes de acidentes em serviço e doenças profissionais, embora em teoria o princípio do ressarcimento completo dessas despesas possa estar garantido, está-se a criar uma promiscuidade que pode criar confusões, levando até a situações em que o Estado se venha a eximir às suas responsabilidades como entidade auto-seguradora.

No diploma próprio mencionado no n.º 3 devem ser contemplados não só os militares em serviço no estrangeiro, mas também os deficientes militares em trânsito ou residentes fora do País.

Art.º 9.º - Nada a referir.

Art.º 10.º - Rever a questão das taxas moderadoras, quer no caso dos familiares, quer, designadamente, na situação dos deficientes das forças armadas, para os quais os tratamentos e consultas das questões decorrentes das suas deficiências são totalmente gratuitas, conforme é reconhecido por direito.

Recorda-se que, na actual faixa etária dos DFA oriundos da Guerra Colonial, e no caso dos deficientes profundos, as condições de saúde começaram a serem inibidoras da deslocação



aos estabelecimentos de saúde militares, principalmente nas zonas interiores do País e nas Regiões Autónomas, negando na prática direitos reconhecidos, situação que não é nova mas que se tem vindo a agravar e a merecer tratamento com especial atenção.

Art.º 11.º - Nada a referir.

Art.º 12.º - O preâmbulo do projecto refere a ADM como um único subsistema sujeito a um regime paralelo ao da ADSE... e logo adiante ...salvaguardando as especificidades da condição militar. Ora, naquele n.º 3 deste art.º 12.º diz-se que as comparticipações serão o que resultar da aplicação das regras definidas para o regime livre na ADSE, o que parece significar um regime de convergência, e não de paralelismo. Ou seja, há que evitar duas coisas: primeiro, que por via administrativa se reduzam a zero as tais diferenças decorrentes da reconhecida especificidade militar; segundo, que uma aplicação imediata das regras do regime livre da ADSE resulte na aplicação de acordos e tabelas niveladas que retirem ou diminuam direitos estabelecidos para os beneficiários, com real perda dos mesmos.

Art.º 13.º - ver observações ao seguinte.

Art.º 14.º - Ora, a entidade gestora da ADM será o IASFA, que já recebe 0,8% dos vencimentos e pensões, e virá a receber 0,9% em 2007 e 1% em 2008. Deste modo, o desconto para a ADM aparece confundido com o desconto para o IASFA, o que se afigura pouco claro. Mas a questão de fundo é que este Instituto tem administração e estatutos próprios, sendo uma mútua apoiada pelo Estado, e não um órgão do Estado como são ainda as ADM's e será a ADM. Se por um lado nada obsta a que sejam celebrados acordos entre o IASFA e a ADM (como aliás já sucede com as ADM's), não parece curial fazer passar pelo IASFA

todo o apoio da assistência médica da Família Militar, já pela falta de meios do IASFA, já pelo seu diferente conceito e vocação.

Os DFA não pertencentes aos quadros permanentes podem inscrever-se no IASFA, nos termos do n.º 9 do art.º 14.º do decreto-lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro. Ora, como a inscrição é voluntária, há DFA que não estão inscritos no IASFA. Aliás, a recente alteração promovida por este Instituto, regressando à quotização obrigatória de 0,8% (...) das pensões, veio relançar a questão, tendo mesmo sido perguntado individualmente a cada DFA (incluindo os nossos associados) se pretendia continuar a ser beneficiário, tendo ainda sido dito que o seu silêncio seria tomado por desistência.

Por outro lado, só os DFA tem direito à inscrição, pelo que os deficientes em serviço e os GDSen não podem inscrever-se como beneficiários.

Levanta-se portanto o problema da aplicabilidade do conceito da agregação do adicional de 0,1% (em 2007) e de 0,2% (a partir de 2008), aos GDSen, deficientes em serviço e aos DFA não beneficiários do IASFA, e que serão a maioria.

A inscrição obrigatória deste pessoal não parece ser solução, por contrariar o princípio da voluntariedade da adesão, e porque representaria um novo desconto de 0,8% imposto aos pensionistas, sem outra razão que não fosse facilitar a cobrança dos adicionais de 0,1% e 0,2% destinados à saúde. Aliás, afigura-se que não deve ser imposto a ninguém um sistema complementar de segurança social por efeito colateral da prestação de cuidados de saúde, de que usufruem há décadas sem que tal necessidade fosse reclamada, e quando o próprio estatuto do IASFA não lhes permite a inscrição como seus beneficiários para as restante áreas.

O desconto dos 0,1% e 0,2% poderia ser feito directamente nos vencimentos e pensões dos não beneficiários do IASFA, tendo em atenção que transpareceria como uma nova taxa directa sobre as pensões.

Por outro lado, o cálculo da parte das pensões sujeita a desconto tem de cumprir os requisitos legais e seguir as regras já consolidadas da Caixa Geral de Aposentações (CGA) e que foram aceites pelo IASFA: apenas a pensão base é sujeita a IRS e a desconto de 0,8%, estando isentas as retribuições com carácter indemnizatório, como o abono suplementar de invalidez e a prestação suplementar de invalidez (Artigos 10.º e 11.º do já referido DL 43/76).

Ora, é unicamente sobre aquelas prestações indemnizatórias que incidem as pensões dos GDSen, razão pela qual deveriam estar afastados de qualquer tipo de cobrança.

As dificuldades de ordem legal e prática da cobrança do desconto, apontadas acima, combinadas com o reduzido número de deficientes militares em relação ao universo da Família Militar, leva a duvidar da utilidade da cobrança a pensionistas não beneficiários do IASFA.

No entanto a tributação destes, em relação à sujeição de outros deficientes militares, provocaria uma injustiça relativa que, em situação ponderada, e com base no número dos beneficiários em causa poderia aconselhar a isenção do pagamento de taxas por parte de todos os deficientes militares, face à origem das suas deficiências, decorrentes da dedicação à causa pública, e correspondente reconhecimento com medidas de carácter indemnizatório por parte da Nação.

Art.º 15.º - Nada a referir.

Art.º 16.º - Os inconvenientes desta solução, que se reiteram, foram apontados nos comentários ao Art.º 14.º.

Art.º 17.º - Nada a referir.

Art.º 18.º - No seu n.º 3, há uma diferença de tratamento entre os beneficiários titulares e os familiares e equiparados. Enquanto a transição das ADM's para a ADM é automática nos primeiros (n.º 1), os segundos carecem de inscrição (n.º 2), o que, num período de transição, pode trazer graves inconvenientes aos beneficiários. A não ser que um dos objectivos a atingir seja a actualização dos ficheiros (situação a que somos alheios), sugere-se que em ambos os casos a transição seja automática.

De qualquer forma, entende-se que o cônjuge sobrevivente, quer no período de transição, quer posteriormente, deva receber o tratamento de titular beneficiário, nos exactos termos em que os recebia o militar falecido.

Estes comentários inserem-se na posição já evidenciada relativamente ao n.º 3 do Art.º 5.º.

Quanto ao n.º 8, o assunto foi já tratado quando dos comentários ao artigo 12.º.

Art.º 19.º - Nada a referir.

Art.º 20.º - Nada a referir.

Art.º 21.º - Nada a referir.

Feita a análise do documento em apresso, reiteram-se os três princípios enunciados no preâmbulo deste documento:

- Não aplicação deste diploma às sequelas dos acidentes ou doenças em campanha ou serviço;
- Pertença dos deficientes das Forças Armadas à "envolvente militar";
- Aceitação da fusão das ADM's, se daí não resultar qualquer perda dos direitos agora reconhecido.

A ADFA considera que instituir o IASFA como entidade gestora da futura ADM não parece ser a melhor solução, já que se trata de dois organismos de natureza e capacidades diferentes.

JORGE MENDES, IRMÃO & CA. LDA.

Atoalhados • Fazendas Brancas • Camisaria • Malhas • Roupas Interior

Fornecedores de:

Hospitais, Clínicas, Câmaras Municipais, Escolas, Hotéis, Forças Armadas, Infantários, Museus, Laboratórios, Departamentos Universitários, Etc.

Desconto 10% a todos os Associados

(excepto épocas de Saldos)

Praça do Comércio, 97-99-101-103 • 3000-116 COIMBRA

Tel.: 23 982 4284 • Fax: 23 984 1779

ADFA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Consulte as novas moradas de mail da direcção e das delegações pág. 7

Nota da Direcção Nacional

No rescaldo de uma AGNE insólita, em que, pelas razões que neste ELO são esmiuçadas pela Mesa da Assembleia Geral Nacional (AGN), nem se chegou a uma votação, mais do que procurar culpados, há que tirar lições para a vida associativa.

A ADFA já passou por outras crises, e sobreviveu. Órgãos Nacionais demitiram-se noutras circunstâncias, e nem por isso a nossa Associação se afundou. Sempre encontramos modo de levar à prática uma nova forma de convivência e um novo fôlego para encarar os desafios e ameaças que têm sido a constante da nossa existência.

Dois razões de fundo podem ser encontradas para explicar a situação actual. A primeira, e mais importante, assenta na falta de informação, em todos os sentidos e a todos os níveis. Adiante se desenvolverá este assunto.

A segunda deriva da constatação de que, desde a fundação da ADFA, os órgãos sociais são compostos por voluntários que, com excepção dos já reformados e alguns destacados de outras instituições, acumulam as funções na associação com outras tarefas e com as situações familiares, o que reduz o número de associados disponíveis para exercer funções, e não se vendo como possa isto ser modificado, uma vez que, quando se trata de elaborar listas para eleições, é um quebra-cabeças encontrar

voluntários para exercer funções associativas

Daí que muitas questões se prendem mais com ressaibos antigos do que com diferentes orientações ou com políticas alternativas. Este espírito está de tal forma arreigado que a actual DN, embora composta por dois oficiais, três sargentos e duas praças, e de metade dos seus elementos serem "jovens" do pós guerra, já foi objecto da acusação de ser dos mesmos.

Voltando à questão da falta de informação, há que constatar, antes de mais, que somos todos culpados. A começar pelas bases, pois a maioria não conhece os seus direitos (e deveres), mesmo em vésperas do 30.º aniversário do decreto-lei n.º 43/76 (data que temos a obrigação de comemorar!). Em muitas intervenções, cartas e pedidos de esclarecimento, é confrangedor constatar, por exemplo, que ainda há associados que não distinguem o apoio que lhes é devido nos termos do DL 43/76 do que lhes é facultado através das ADM's.

O escalão intermédio da ADFA, que são as Delegações e os seus Núcleos, têm um papel importante nesta área, quer apoiando directamente os associados, prestando-lhes os esclarecimentos de que necessitam, quer informando a DN dos seus anseios, dúvidas e aspirações, por forma a fazer circular a informação verticalmente, de cima para

baixo e de debaixo para cima, bem como lateralmente.

A DN tem naturalmente a tarefa de coligir e difundir as informações necessárias aos associados, recebendo os pedidos das Delegações e prestando todos os esclarecimentos possíveis.

Em teoria, está tudo certo. Onde estão então as falhas?

Dentro do espírito de autocritica, em primeiro lugar na própria DN. Se a informação não chega ao seu destino, é porque talvez não tenham sido feitas todas as diligências nesse sentido; reconhecida a falha, a Direcção Nacional estará mais atenta a este aspecto.

Em seguida, os escalões intermédios, que não devem alhear-se das suas obrigações para com os associados. Sobretudo nas regiões periféricas, as Delegações e Núcleos são a face da ADFA, e se não cumprirem o seu papel, reduzem-se a um clube local de convívio.

Por fim, as bases. Procurar informação pressupõe um esforço mínimo dos interessados. Aguardar passivamente que as coisas cheguem, e/ou ler apenas o que mais agrada, é o caminho certo para a falta de informação. Ouvir apenas a versão do dirigente ou do simpatizante de um clube é a forma de ficar sem saber o que se passou no campo de jogos. Informar-se é uma atitude activa, ser desinformado é o resultado de uma atitude passiva. E a desinformação é uma das

técnicas mais velhas do Mundo, seja para vender burros ou para conquistar votos.

Há ainda que ter em conta que nenhuma instituição vive em assembleia permanente. Imagine-se um banco ou uma empresa que, cada vez que pretendesse fechar um negócio, tivesse que convocar uma assembleia geral. Os órgãos eleitos exercem os seus mandatos de acordo com os resultados das eleições, e são responsabilizados nas assembleias gerais ou julgados nos tribunais, se for caso disso. E assuntos há que têm de ser tratados com alguma contenção ou privacidade, como o caso dos actos próprios dos advogados, referido neste ELO.

Em resumo, há que melhorar a informação interna dentro da ADFA, em todos os sentidos: no sentido ascendente, ouvindo os associados e respondendo às suas questões; no sentido descendente, comunicando novas situações e as diligências que vão sendo efectuadas com o objectivo de dar cumprimento à missão estatutária da ADFA; apoiando as Delegações e respeitando as suas competências próprias, tendo em atenção que elas são a face visível da Associação junto do associado, e que essa responsabilidade não se compadece com desvios da sua missão básica. E, sobretudo, que os associados tenham uma atitude mais activa no conhecimento dos seus direitos e na defesa dos seus interesses.

A Direcção Nacional

Notícias

8.º seminário da ANDDEM

Com o apoio da ADFA, levou a efeito a ANDDEM - Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Mental, no dia 27 de Outubro pp., no Auditório Jorge Maurício, o seu "8.º Seminário de Desporto para Deficientes", destinado, prioritariamente, a professores e técnicos de desporto/educação física.

Dividido em 3 painéis, tendo como moderadores Vítor Monteiro (1 e 3) e António Sampaio Maia, foram abordados, perante uma assistência sempre interessa-

da, temas como "Desporto para a deficiência mental", "Elegibilidade", "Desporto paralímpico - novos desafios", "Equitação", "Remo adaptado", "Reeducação psicomotriz na água", "Hidroterapia e relaxamento" e "Natação", tendo ainda sido apresentado um "Testemunho de um pai".

Presidida a Cerimónia de Enceramento pelo presidente da ANDDEM, prof. João Pardal, ficou já no ar a expectativa para o 9.º seminário, em 2006, se possível no mesmo local.

Festa de Natal na Sede nacional

Encontra-se em preparação a Festa de Natal na Sede nacional, no dia 17 de Dezembro.

Os associados da área de Lisboa, e seus familiares, incluindo já os netos, não vão deixar de ter a sua tradicional festividade natalícia.

Não estando ainda definido o seu formato para este ano, devem ficar atentos à próxima edição do ELO, onde serão prestadas todas as informações necessárias, nomeadamente quanto a prazos de inscrição para presenças e para eventual oferta de lembranças aos "pequenotes".

**LISBOA NÃO VAI DEIXAR DE VIVER O NATAL!
CONTAMOS COM A TUA PRESENÇA!**

Opinião

Na moda

É só ver o pessoal, principalmente nos meios de transporte e nas filas de espera, a tentar resolvê-los. Já foi moda o cubo, entre outros, está agora na moda o sudoku. Alguns dizem que estimula a massa cinzenta e treina a memória. Pelo menos não deve fazer mal a ninguém. É um passatempo... que às vezes contraria o tempo de passatempo! Um problema de dificuldade média pode já demorar mais de meia hora a resolver. Pois ELO, com o apoio do associado João Santos (13450), a quem agradece a disponibilidade, vai lançar-se à moda, também. Começamos com dois problemas, um superfácil e um fácil, de modo a que os nossos leitores possam adaptar-se, caso ainda não conheçam o Sudoku.

Entretenham-se!

Completar a grelha de forma a que cada linha, coluna e quadrados 3x3 contenha todos os números de 1 a 9.

	7	1		4		2		8
2	3		8	7	1	6	9	
9		8	2	3			5	1
	1	9		8	4			2
5	8	6	1	2			4	
	2		5		7		1	9
4	5					9		3
	9	3		5	8			6
8		2	4		3	1	7	5

Problema n² 1 - Superfácil

		1		4		2		8
	3				1	6	9	
9		8	2				5	
		9		8	4			2
5			1	2			4	
	2		5		7		1	9
4	5					9		3
	9	3		5	8			6
8			4		3	1	7	

Problema n² 1 - Fácil



Opinião

LINHA DE ALERTA

Associação - 31 anos depois

A ADFA confronta-se, hoje, com a maior crise de coesão interna, potenciadora de uma implosão, de consequências imprevisíveis. Escalpelizar o momento que hoje se vive na ADFA, não é tarefa fácil para um observador menos atento aos fenómenos sociais endógenos emergentes das novas condições do tecido associativo.

Com efeito, a condição sócio profissional e familiar, os objectivos e valores da esmagadora maioria dos associados, aquando da fundação da ADFA em 1974, e anos subsequentes, eram bem diversos dos actuais. De facto, regressados então, recentemente, do conflito colonial e internados nos Hospitais Militares, almejavam, obtida a reabilitação física e funcional, voltar rapidamente à situação civil, para retomarem a vida interrompida pela guerra que os marcou, para sempre, com uma deficiência física, sensorial ou mental, que lhes colocava toda a sorte de dificuldades para a sua integração social.

A ADFA constituiu-se, assim, no instrumento fundamental para a defesa das reparações morais e materiais que os poderes saídos da Revolução queriam ignorar. A participação dos deficientes militares, na criação da ADFA, foi muito intensa, o que levou, em Janeiro de 76, à publicação do Decreto-Lei 43, código dos direitos e deveres dos Deficientes das Forças Armadas,

feridos em situações de combate e campanha, nas três frentes coloniais de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, bem como em situações de risco equiparado, desde a instrução para o combate, defesa da ordem pública e outras resultantes dos movimentos de tropas de e para as frentes de campanha.

O ambiente revolucionário, pós 25 de Abril, e as rápidas alterações aos vários níveis da sociedade portuguesa, criaram condições favoráveis para a integração social e profissional dos deficientes militares. Neste caso, temos que realçar o importante papel da ADFA, mantendo permanentemente na opinião pública acções de informação e sensibilização sobre a temática das pessoas com deficiência, dissecando o *slogan* - As vítimas justas duma guerra injusta.

Neste quadro, os deficientes militares empenharam-se no reconstruir das suas vidas, não deixando de participar na vida da ADFA mas de uma maneira mais distante, embora atenta.

O reconhecimento, em Outubro de 1982, do direito à assistência médica militar, ADME, ADMFA, ADMMA, para todos os deficientes militares e suas famílias e a extensão dos direitos dos DFAS aos deficientes em serviço com incapacidade igual ou superior a 60 por cento, estabeleceram, igualmente, marcos fundamentais na conquista da jus-

tiça e solidariedade para um maior número de associados da ADFA. Passados trinta anos, os associados voltam, de novo, a querer participar intensamente nos destinos da sua Associação, tendo em conta o fim do ciclo profissional, quase todos reformados e com a situação familiar estabilizada. Este novo enquadramento social acarreta outras preocupações, desta vez ligadas à terceira idade, assistência médica, lazer e tempos livres.

Para estas novas preocupações, os associados não sentem respostas, por parte da ADFA, que lhes garantam a qualidade de vida como cidadãos de pleno direito, reforçada pelo facto de terem servido a Pátria em situações de guerra e riscos equiparados, não como voluntários mas por imposição legal. A ausência de estruturas específicas de apoio, na terceira idade, aos deficientes militares e uma certa fragilidade reivindicativa demonstrada pelos actuais dirigentes nacionais, criou em muitos associados um profundo descontentamento e falta de confiança no futuro próximo.

Colocados perante um problema de tomada de consciência do presente e a dificuldade de redesenhar os novos objectivos, alguns associados caíram na tentação de transportar para a opinião pública os nossos problemas, convencidos que alguém pode, por nós, resol-

ver as nossas incapacidades. Esta atitude serviu, apenas, para crispar, ainda mais, as relações humanas e institucionais, concorrendo fortemente para nos fragilizar no exterior, passando uma imagem de imaturidade, inadequada ao estatuto que a ADFA angariou na sociedade portuguesa. As Assembleias Gerais Nacionais Extraordinárias do passado dia 15 de Outubro representam, de uma maneira categórica, o bloqueamento associativo a que se chegou, só suportável pelas vontades mais inquebrantáveis, alicerçadas nos valores que levaram à criação da ADFA em 14 de Maio de 1974.

É preciso parar e reflectir para, em coesão associativa, encontrarmos o rumo do projecto nesta fase das nossas vidas. Todos somos necessários para recentrar a nossa Associação no caminho da defesa da qualidade de vida pela qual, no fundo, todos lutamos.

Restabelecer o diálogo, a confiança, a solidariedade e o respeito mútuo são as únicas armas que podemos brandir para que a ADFA seja o garante da defesa dos nossos direitos.

Derrubadas as muralhas, ficaremos, todos, no campo do diálogo, envolvendo a fogueira que acendemos a 14 de Maio de 1974 e que nos irá aquecer até ao fim dos nossos dias.

Lopes Dias

Escrevem os associados

Vergonha da ADFA em Leiria

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas tem vindo, a algum tempo a esta parte, a viver, internamente uma grande instabilidade originada, fundamentalmente pela falta de diálogo e prepotência da sua Direcção Nacional que, para além de outras atitudes enviou, sem qualquer conhecimento dos associados ao Primeiro Ministro e Ministro das Finanças um documento (memorando) onde oferece de bandeja ao governo o poder retirar-nos direitos adquiridos, com grande esforço e luta durante os nossos trinta anos de existência.

Esta situação levou à realização de uma Assembleia Geral da Delegação de Lisboa para analisar o assunto, cuja decisão, aprovada por unanimidade foi: o envio de um protesto ao Primeiro Ministro e um pedido de uma Assembleia Geral Nacional para analisar

a situação e Demissão da Direcção Nacional.

Assembleia Geral essa que o seu presidente apesar de estatutariamente ter trinta dias para a marcar obrigatoriamente se negou a convocá-la. Convocando sim, a pedido da Direcção um Concelho Nacional para encerramento da Delegação de Lisboa.

Esta absurda situação levou um grupo de 100 associados a requerer uma assembleia Geral Nacional para demitir a Direcção. Assembleia Geral que o seu presidente marcou para as 14 h, do dia 15 do corrente em Leiria, marcando igualmente, caso único na Associação uma outra Assembleia Geral para duas horas depois, ou seja para as dezasseis.

A estas Assembleias Gerais compareceram um número nada inferior a mil associados.

Porém, para não fugir ao ineditismo das atitudes do Direcção e do Presidente da Assembleia Geral Nacional, às 14 h, ou seja hora de iniciar a primeira Assembleia a porta encontrava-se fechada, o que gerou grande confusão, agravada com o facto de não ser possível fazer o controlo dos associados e, o que é incrível e igualmente inédito na vida da ADFA alguns associados aparecerem com umas senhas amarelas que não permitiam verificar se os seus portadores tinham ou não as cotas em dia para além de outras dúvidas que agitaram de tal maneira as contestações aos Órgãos Nacionais que levaram o presidente da AGN a reconhecer os erros e a não realizar as Assembleias por falta de condições, fazendo todos aqueles associados regressar a casa, tristes e decepciona-

dos por verem a sua ADFA tão instável e desunida.

Tudo isto me leva, com muita indignação a dizer o seguinte:

Estou na ADFA desde a sua criação. Tenho pertencido a praticamente todos os seus órgãos, sendo actualmente membro do Concelho da Delegação de Lisboa e, durante estes trinta anos de vida da ADFA nunca vivi um tão grande momento de desunião e intranquilidade por sentir os princípios que levaram à sua criação a serem aniquilados!

Daqui incito os actuais órgãos Nacionais da ADFA a fazerem uma profunda reflexão. Que se lembrem que o poder não é tudo...!

E que em determinadas circunstâncias, e neste caso para bem da ADFA se esgota o seu tempo.

Sá Flores



Director: Fernando Cardoso
 Propriedade: Associação dos Deficientes das Forças Armadas
 Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Edifício ADFA
 1600-560 - Lisboa
 Telefone: 21 7512600 Fax: 21 751 2610
 E-mail: jornal.elo@adfa-portugal.com
 Internet: http://www.adfa-portugal.com

Editorial



Razão da angústia

Muitos de nós parecem condenados a viver no limbo. Cristo não passa por aqui há muito. Algum fariseu criou o 134/97 de modo a que nele coubessem os seus homens de mão, os cabouqueiros da estrada que acedia ao PODER MILITAR. Hipócrita por natureza, ignorou o clamor da injustiça que criou, mas fez pelo menos justiça no reconhecimento de muitos, deficientes em acidentes nas carreiras de tiro e em exercícios por montes vales deste País, realizando-lhes os sonhos da juventude. O mesmo fariseu recompôs a eito a carreira de todos os militares do 25 de Abril que não a recusaram e mesmo muitos que se terão feito passar por tal, ignominando todos os que sobram desses grupos de influência e onde repousam, sem excepção, aqueles que serão sempre, no princípio e no fim, a razão da Pátria.

A definição clara e justa da dicotomia SERVIÇO/CAMPANHA, que corrija muitas injustiças no nosso seio, será uma medida de apaziguamento.

Estou crente que a DN e restantes Órgãos Sociais tudo farão, no clima de serenidade que indispensavelmente teremos de criar, para encontrar soluções mais justas para todas estas situações. Falo disto e desta maneira para que se perceba que as guerras não são feitas apenas por quem puxa os gatilhos.

Tenho absoluta confiança nos Órgãos Sociais Nacionais que dirigem a nossa vida associativa e um ou outro erro de percurso não invalida esta ideia. Devemos todos assumir responsabilidades pelos nossos actos e criar condições para elevação permanente dos nossos comportamentos, tornando mais acessíveis os nossos objectivos.

Cristo tem sangue, lágrimas, angústia e um dia há-de passar por aqui!

Fernando Cardoso

ESCLARECIMENTO DA MAGN

Assembleias Gerais Nacionais Extraordinárias

No passado dia 15 de Outubro as duas Assembleias Gerais Nacionais Extraordinárias (AGNE), sobre as quais se havia criado grande expectativa e mobilizado uma massa apreciável de associados, acabaram lamentavelmente por não se realizar. A primeira, por falta de quórum dos associados requerentes, já que dos cento e cinco que a requereram só setenta e quatro compareceram; a segunda, por falta de condições de funcionamento.

Em primeiro lugar, a MAGN lamenta tal facto que constitui para a própria Mesa um enorme desapontamento.

No que se refere à primeira, que tinha como ponto único a destituição da DN, a MAGN deve esclarecer alguns associados que houve procedimentos geradores de confusão. Alguns associados que pensavam ter requerido a AGNE acabaram por não ser contados como tal, tendo sido levados ao engano pelos associados que lideraram o processo de recolha de assinaturas e que foram responsáveis pelo facto de haver associados na AGNE que tinham assinado a lista para a convocação e não constavam da lista entregue à MAGN.

A MAGN teve conhecimento que estes associados recolheram mais assinaturas do que aquelas que entregaram à Mesa. Não apurou a MAGN porque motivo o terão feito. O que resultou desta actuação foi que, por mais chamadas que a Mesa fizesse, haveria sempre associados na AGNE que não iriam ser chamados pela simples razão de que à MAGN apenas foi entregue uma lista com cento e cinco associados, com catorze nomes riscados, e que, segundo o próprio apresentante da lista, não contavam. Para cabal esclarecimento dos associados, a MAGN disponibilizará cópias da lista que lhe foi apresentada, para consulta na Sede e Delegações.

Por ser do maior interesse para a ADFA, a MAGN estava empenhada em que a AGNE se tivesse realizado, terminando com uma votação, para que a situação associativa serenasse, e fosse possível continuar, quer com a queda da DN e consequentes eleições, quer com os órgãos mantidos e legitimados, sem margem para dúvidas.

Depois do sucedido na primeira AGNE, para a realização da segunda carecia-se, por um lado, de ambiente para a sua realização, o que não se verificou, pela postura de parte dos associados; e por outro lado, de um controlo prévio de entradas que faria decerto com que os associados se tivessem mantido numa postura de respeito mútuo. Tal não se verificou e o ambiente criado não dignificou os nossos trinta e um anos de associação, facto agravado pela presença de jornalistas na sala, contrariando as instruções da Mesa.

O controlo de entradas assentava numa verificação prévia feita com as Delegações, que identificariam os associados e entregariam a cada um bilhete do Teatro com o seu número de associado, o qual seria processado no computador depois do início da AGNE.

Os associados que por qualquer razão não tivessem procedido a essa identificação prévia, e só esses, teriam que a fazer no momento. Porém, alguns associados da zona de Lisboa reclamaram na entrada e ali se gerou uma confusão que a MAGN ultrapassou autorizando a entrada de todos sem controlo, uma vez que este se podia fazer na votação secreta que se iria seguir.

A DN tinha o mesmo mecanismo de senhas para quem se quisesse inscrever; porém, a Mesa teve conhecimento que associados de Lisboa terão escrito a camaradas seus exortando-os a que não se inscrevessem na Sede e os que o não fizeram, efectivamente, não tiveram acesso às senhas.

Independentemente das situações descritas, o mecanismo de controlo de entradas não se revelou adequado e a MAGN entende apresentar formalmente o seu pedido de desculpa aos associados por essa falha, embora baseada na vontade de facilitar os trabalhos da AGNE. Contudo, tem de se chamar a atenção de todo o tecido associativo que, não havendo respeito dos associados pelos associados e destes pelos órgãos, sejam quais forem os mecanismos que se criem, não se revelarão nunca adequados a uma vivência normal e democrática.

A MAGN apela a todos os associados que mantenham na nossa Associação a dignidade que ao longo dos anos construímos e nos é reconhecida até no exterior, respeitando a diversidade de opiniões e as normas que nós próprios aprovámos para nos regerem.



Tudo à grande

RENAULT

- ▶▶ O salão de exposições é gigante: 2500 m².
- ▶▶ O horário de atendimento é enorme.
8h - 20h durante a semana
9h - 19h ao fins-de-semana
- ▶▶ O horário da oficina é igualmente grande.
8h - 24h durante a semana
8h - 18h ao sábado
- ▶▶ No grande centro de ensaios cabe toda a gama.
- ▶▶ O serviço de assistência e desempanagem tem o maior horário possível: 24h por dia.

Atendimento Cliente: 800 203 157

RENAULT CHELAS Tudo Por Si.

R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E - 1900-672 LISBOA
 Tel.: 21 836 14 00 Fax: 21 836 14 91
 Av. da Liberdade, nº 33 - 1200-139 LISBOA